



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:45 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.^a Vereadora Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho chegou à reunião pelas 11:40 horas, quando se encontrava em análise o ponto 1 da ordem do dia, tendo justificado a sua ausência com a declaração que se encontra anexa à presente ata (**Anexo 1**).

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. 19.^a MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013
2. REQ. N.º 1414/13 – PC N.º 319/13 – MARINHOBRA – COMPRA, VENDA E REVENDA DE BENS IMÓVEIS, LDA.
3. REQ. N.º 1415/13 – PC N.º 320/13 – MARINHOBRA – COMPRA, VENDA E REVENDA DE BENS IMÓVEIS, LDA.
4. REQ. N.º 1534/13 – PC N.º 337/11 – ANIBAL ASCENSO ANDRÉ
5. REQ. N.º 804/13 – PC N.º 193/12 – FERNANDO RODRIGUES TOMÉ

6. REQ. N.º 1532/13 – PC N.º 254/13 – JOANA RITA DA SILVA FERREIRA
7. REQ. N.º 1659/13 – PC N.º 197/13 – RUI FILIPE ROSA BARROQUINHO DA SILVA
8. REQ. N.º 1612/13 – PC N.º 213/13 – AFONSO MANUEL ROLDÃO
9. REQ. N.º 1478/13 – PC N.º 96/13 – JOAQUIM CARREIRA PEREIRA FELICIANO –
CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA
10. REQ. N.º 1486/13 – PC N.º 188/13 – ARTUR RAMALHO LOPES
11. REQ. N.º 1662/13 – PC N.º 234/11 – JORGE GONÇALVES ROSA
12. REQ. N.º 1691/13 – PC N.º 158/13 – HRV – EQUIPAMENTOS DE PROCESSO, S.A.
13. REQ. N.º 1419/13 – PC N.º 120/13 – ANA CRISTINA DOS SANTOS VIEIRA
14. REQ. N.º 1724/13 – PC N.º 251/13 – TECNIMOPLÁS-INDÚSTRIA TÉCNICA DE
MOLDES, LDA.
15. REQ. N.º 1611/13 – PC N.º 310/13 – ARMINDO NUNES MESQUITA
16. REQ. N.º 1456/13 – PC N.º 36/11 – JOSUÉ JERÓNIMO INÊS
17. REQ. N.º 1493/13 – PC N.º 247/10 – RECICLAUREANO -COMÉRCIO DE SUCATAS,
LDA
18. REQ. N.º 1511/13 – PC N.º 210/13 – BOLLINGHAUS PORTUGAL-AÇOS
ESPECIAIS,LDA.
19. REQ. N.º 299/13 – PC N.º 1/13 – ISABEL MARIA MARQUES LEMOS
20. REQ. N.º 381/13 – PC N.º 90/11 – SIMÕES, SILVA & FILHOS, LDA.
21. REQ. N.º 894/13 – PC N.º 750/06 – RODRIGUES & RIBEIRO, LDA.
22. REQ. N.º 895/13 – PC N.º 751/06 – RODRIGUES & RIBEIRO, LDA.
23. REQ. N.º 2585/11 – PC N.º 375/11 – ANIBAL ASCENSO ANDRÉ
24. REQ. N.º 1149/13 – PC N.º 239/13 – MARIA GRACIETE LEAL GOMES MATOS
FERREIRA MARQUES
25. REQ. N.º 1430/12 – PC N.º 66/11 – MARIA SAMEIRO FERNANDES GONÇALVES
26. REQ. N.º 555/13 – PC N.º 99/13 – AFONSO JESUS CAMINHO

27. REQ. N.º 981/13 – PC N.º 61/13 – PLASDANGEST INVESTIMENTOS E GESTÃO DE IMÓVEIS, SA
28. REQ. N.º 1269/13 – PC N.º 186/12 – HERNÂNI DOMINGUES DE SOUSA CARDOSO
29. REQ. N.º 430/13 – PC N.º 139/11 – CARLOS ALBERTO CARVALHO COELHO
30. REQ. N.º 881/13 – PC N.º 125/13 – MIGUEL NORALDO PARREIRA DINIS
31. REQ. N.º 204/13 – PC N.º 220/07 – CARLOS ALBERTO DA CRUZ LEAL
32. REQ. N.º 944/13 – PC N.º 121/13 – ACÁCIO SOUSA FILIPE
33. PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS APRESENTADO POR ILIDIO PEREIRA DA COSTA CANAS – PC N.º 253/10 – PROJETO DE INDEFERIMENTO – DELIBERAÇÃO FINAL
34. REQ. N.º 1212/13 – PC N.º 116/11 – CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
35. REQ. N.º 1661/13 – PC N.º 262/12 – GUIDA & GUARDADO, LDA.
36. REQ. N.º 1547/13 – PC N.º 1101/99 – FERNANDO GAMEIRO
37. REQ. N.º 1398/13 – PC N.º 183/10 – PAULO ALEXANDRE GOMES DA ENCARNACÃO
38. REQ. N.º 1694/13 – PC N.º 439/07 – MARIA CARVALHEIRO GREGÓRIO
39. REQ. N.º 1130/13 – PC N.º 229/13 – RODRIGAPE – CONSTRUÇÕES, LDA.
40. REQ. N.º 1131/13 – PC N.º 230/13 – RODRIGAPE – CONSTRUÇÕES, LDA.
41. REQ. N.º 1505/13 – PC N.º 918/13 – ILDA SANTOS CRUZ.
42. REQ. N.º 1542/13 – PC N.º 429/13 – JOAQUIM MANUEL PEREIRA FERNANDES
43. REQ. N.º 1592/13 – PC N.º 806/01 – NUNO FILIPE PINTO FERNANDES
44. REQ. N.º 1668/13 – PC N.º 360/12 – MARIA ELISA DE JESUS FERREIRA MARQUES - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA
45. REQ. N.º 1646/13 – PC N.º 214/12 – ARTUR JORGE DOMINGUES DA SILVA - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA
46. REQ. N.º 1686/13 – PC N.º 203/13 – DARCI DA SILVA HENRIQUE

47. REQ. N.º 1421/13 – PC N.º 570/96 – JOSÉ ALEXANDRE BELEZA FERNANDES
48. REQ. N.º 1476/13 – PC N.º 38/2013 – LUIS FILIPE FERREIRA LOPES CORTES
49. REQ. N.º 927/02 – PC N.º 1407/98 – CONSTRUÇÕES AL&M, LDA.
50. REQ. N.º 2375/11 – PC N.º 2375/11 – SANTOS BAROSA – VIDROS, S.A.
51. REQ. N.º 993/10 – PC N.º 347/04 – MARIA JESUS DOMINGUES FRANCISCO FERNANDES
52. REQ. N.º 649/11 – PC N.º 266/07 – GUILHERMINO SILVA OLIVEIRA
53. REQ. N.º 1159/13 – PC N.º 259/2013 – PSP – POLICIA DE SEGURANÇA PUBLICA
54. REQ. N.º 1158/13 – PC N.º 258/2013 – PSP – POLICIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
55. REQ. N.º 1732/13 – PC N.º 396/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/6822/2013)
56. REQ. N.º 1733/13 – PC N.º 397/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/6826/2013)
57. REQ. N.º 1734/13 – PC N.º 398/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/6827/2013)
58. REQ. N.º 1735/13 – PC N.º 399/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/6828/2013)
59. REQ. N.º 1736/13 – PC N.º 400/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/6829/2013)
60. REQ. N.º 1737/13 – PC N.º 401/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/6830/2013)
61. REQ. N.º 1738/13 – PC N.º 402/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/6831/2013)
62. REQ. N.º 1739/13 – PC N.º 403/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/8269/2013)
63. REQ. N.º 1740/13 – PC N.º 404/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/7524/2013)

64. REQ. N.º 1741/13 – PC N.º 405/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/7524/2013 VL)
65. REQ. N.º 1742/13 – PC N.º 406/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/7777/2013)
66. REQ. N.º 1743/13 – PC N.º 407/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/6823/2013)
67. REQ. N.º 1744/13 – PC N.º 408/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/7987/2013)
68. REQ. N.º 1745/13 – PC N.º 409/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/6824/2013)
69. REQ. N.º 1746/13 – PC N.º 410/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/6825/2013)
70. REQ. N.º 1747/13 – PC N.º 411/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/6993/2013)
71. REQ. N.º 1569/13 – PC N.º 359/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/7241/2013)
72. REQ. N.º 1364/13 – PC N.º 301/13 – VODAFONE TELECEL – COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.
73. REQ. N.º 1555/13 – PC N.º 354/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, SA
74. REQ. N.º 1556/13 – PC N.º 355/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, SA
75. REQ. N.º 1431/13 – PC N.º 329/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
76. REQ. N.º 1429/13 – PC N.º 327/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO,
77. REQ. N.º 1404/13 – PC N.º 315/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
78. REQ. N.º 1362/13 – PC N.º 299/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
79. REQ. N.º 1355/13 – PC N.º 292/13 – EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.
80. REQ. N.º 1526/13 – PC N.º 349/12 – CESÁRIO FELICIO DA SILVA

81. PROCESSO N.º 87/10 – HRV – EQUIPAMENTOS DE PROCESSO, S.A. -
APRECIAÇÃO DE ALEGAÇÕES APRESENTADAS EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA -
DELIBERAÇÃO FINAL
82. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS SOFRIDOS EM ACIDENTE DE VIAÇÃO
– REQUERENTE: LILIANA CALVETE – BURACO NO PAVIMENTO DA ESTRADA DA
GARCIA – RESPONSABILIDADE CIVIL – APRECIAÇÃO E DEFERIMENTO.
83. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS SOFRIDOS VIATURA AUTOMÓVEL
ESTACIONADA – REQUERENTE: REGINA MARIA DOS RIOS FERNANDES FRADE –
QUEDA DE CARTAZ PROMOCIONAL DO EVENTO CRIATIV(A)RTE SOBRE A
VIATURA – RESPONSABILIDADE CIVIL – APRECIAÇÃO E DEFERIMENTO.
84. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA
GRANDE - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VEÍCULO AUTOMÓVEL DE
PASSAGEIROS - REQUERENTE: MARCO AURÉLIO CARREIRA DA SILVA –
AUDIÊNCIA PRÉVIA DA PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – DECISÃO FINAL
85. CEDÊNCIA, EM REGIME DE COMODATO, DE GABINETES NO CENTRO
EMPRESARIAL DA MARINHA GRANDE AO INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA.
86. CEDÊNCIA, EM REGIME DE COMODATO, DE GABINETES NO CENTRO
EMPRESARIAL DA MARINHA GRANDE AO SINDEQ.
87. RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE SETEMBRO DE 2013, NO
ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 75.º DA LEI
DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2013
88. RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO N.º 785 E ANEXO, TOMADA EM REUNIÃO DE
CÂMARA DE 6 DE SETEMBRO DE 2013, COM O TÍTULO “PROPOSTA DE
PROTOCOLO CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES. ASSOCIAÇÃO DE OCUPAÇÃO DE
TEMPOS LIVRES DO SPORT OPERARIO MARINHENSE”.
89. RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO N.º 786, E ANEXO, TOMADA EM REUNIÃO DE
CÂMARA DE 6 DE SETEMBRO DE 2013, COM O TÍTULO “PROPOSTA DE
PROTOCOLO CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES. FEDERAÇÃO CONCELHIA DAS
ASSOCIAÇÕES DE PAIS”.
90. RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO N.º 787 E ANEXO, TOMADA EM REUNIÃO DE
CÂMARA DE 6 DE SETEMBRO DE 2013, COM O TÍTULO “PROPOSTA DE
PROTOCOLO CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES. LIGA PORTUGUESA CONTRA O
CANCRO”.

91. RESUMO DE TESOUREARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente abordou os seguintes assuntos:

- Informou que se realizou a 1.ª reunião da CIM – Comunidade Intermunicipal de Leiria, tendo sido eleitos, para o Conselho Intermunicipal, como Presidente, o Presidente da Câmara Municipal de Leiria, e como Vice-Presidentes dois representantes de autarquias PSD. Referiu ainda que foi indicado o nome de Narciso Mota para a Assembleia Intermunicipal, e que não foi proposto nenhum nome para secretário. Para prestar todo o apoio como secretária, foi proposta a nomeação da Dr.ª Alcina Costa.
- Informou que na próxima semana talvez seja necessário marcar uma reunião extraordinária destinada à aprovação do IMI, da derrama e de uma revisão ao orçamento.

O Sr. Vereador António Santos abordou o seguinte assunto:

Numa altura em que se começa a gizar o orçamento, realçou que é pelas boas práticas, quer sejam internacionais ou locais, tal como a notícia do jornal sobre a Batalha, que se encontra no topo do que toca à transparência e integridade autárquica (3.º lugar em todo o País), que leu e se reproduz:

“Transparência e da integridade autárquica

O Município da Batalha ocupa a terceira posição a nível nacional no que toca à transparência e à integridade, resultado de um estudo comparativo entre as 308 autarquias do país realizado pela TIAC - Transparência e Integridade, Associação Cívica.

A associação, que apresentou hoje o "ranking" nacional dos municípios quanto aos princípios da transparência e da integridade, levou em linha de conta 76 indicadores, agrupados em sete áreas, mediante a análise da quantidade/qualidade da informação disponibilizada nos sites dos municípios portugueses.

Os 76 indicadores analisados, referem-se à informação sobre a:

- Organização,
- Composição social e funcionamento do município,

- Planos e relatórios,
- Impostos, taxas, tarifas, preços e regulamentos,
- Relação com a sociedade,
- Contratação pública,
- Transparência económico-financeira e
- Transparência na área do urbanismo.

(...)

A Câmara da Batalha vai organizar proximamente no plano da auscultação dos munícipes, em áreas de grande importância como o Turismo, a Ação Social ou na concretização do Orçamento Participativo junto de toda a população". Diz ainda o Edil que "na Batalha vai-se procurar reforçar estes pontos desde já com o orçamento participativo, aberto aos cidadãos - cuja primeira sessão está agendada para novembro e, até ao final do ano, com a criação da figura do Provedor Municipal".

Referiu que esta notícia sobre o orçamento participativo e a criação do Provedor Municipal vem ao encontro daquilo que todos falavam nos seus programas de candidatura, salientando que o antes deve dar lugar ao depois.

De seguida leu um trecho do livro de Paulo de Morais "Da Corrupção à Crise - Que fazer", Página 20, que se reproduz:

"A democracia deve ser, tem de ser, um sistema segundo o qual os candidatos expõem as suas soluções, o povo escolhe e o vencedor implementa o que havia preconizado. Um regime em que se contrapõem ideias e se espera que se apliquem as propostas dos que vencem nas urnas. A democracia não devia ser este sistema, vigente em Portugal, em que sai premiado quem melhor consegue enganar os eleitores. Aqui os processos eleitorais têm sido, ao longo destes últimos anos, concursos para a escolha do melhor mentiroso".

Terminada esta leitura, referiu que os programas com os quais todos os presentes foram eleitos têm que passar à prática, senão serão todos mentirosos.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira referiu que também leu esta notícia, salientando o 9.º lugar de Pombal, um município do nosso distrito, desejando que também nós possamos vir a estar neste "ranking" e a conseguir passar para os munícipes aquilo que fazemos.

⇒ **De seguida colocou as seguintes questões:**

- Perguntou, em relação ao Regimento da Câmara Municipal, se vai ser feito, quando e como.
- Questionou ainda se já há espaço físico destinado aos vereadores e se vai ou não ser feita a gravação das reuniões, referindo que na sua opinião deverá fazer-se.

- Relativamente à reunião geral de trabalhadores que o Sr. Presidente da Câmara pretende realizar, perguntou quando vai ser marcada, para que os eleitos possam cumprimentar todos os funcionários.

⇒ Apresentou, na sequência da delegação de competências da Câmara Municipal no seu Presidente, a seleção do que entende que deve ser mensalmente informado à Câmara, que consta do documento que se anexa à presente ata (Anexo 2), e que se reproduz:

“DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, COM FACULDADE DE SUBDELEGAÇÃO:

COMPETÊNCIAS DELEGADAS NO PCMG E SOBRE AS QUAIS a CMMG DEVE TOMAR CONHECIMENTO DOS ACTOS QUE SÃO PRATICADOS AO ABRIGO DESSA COMPETÊNCIA (SELECÇÃO):

Ordem do dia de 25/10/2013 – ponto 11. A) e)

a) Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal, prevista na alínea v), do n.º 1, do artigo 33.º. do RJAL;

Ordem do dia de 25/10/2013 – ponto 11. A) f)

b) Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas, prevista na alínea w), do n.º 1, do artigo 33.º. do RJAL;

Ordem do dia de 25/10/2013 – ponto 11. A) h)

c) Executar as obras, por administração direta ou empreitada, prevista na alínea bb), do n.º 1, do artigo 33.º. do RJAL;

Ordem do dia de 25/10/2013 – ponto 11. A) i)

d) Alienar bens móveis, prevista na alínea cc), do n.º 1, do artigo 33.º. do RJAL;

Ordem do dia de 25/10/2013 – ponto 11. A) j)

e) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços, prevista na alínea dd), do n.º 1, do artigo 33.º. do RJAL;

Ordem do dia de 25/10/2013 – ponto 11. A) k)

f) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal, prevista na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do RJAL;

Ordem do dia de 25/10/2013 – ponto 11. A) l)

g) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal, prevista na alínea ff), do n.º 1, do artigo 33.º do RJAL.”

⇒ Sugeriu que a carta que lhe foi dirigida, enquanto Vereador, pelo Orfeão de Leiria, seja registada na correspondência da Câmara, pedindo que seja esclarecido se pode responder, como Vereador, de forma oficial ou não, e se tem ou não direito a ter um e-mail oficial da Câmara.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** entende que não poderá responder, mas tem dúvidas, que irá esclarecer com os serviços jurídicos.

Sobre este assunto, o **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que a qualidade de Vereador não tem de ser questionada, e que ele responderá sempre como Vereador. Outra coisa é usar os canais de informação oficial e vincular nisso a Câmara. Sobre ter direito a um e-mail da Câmara acha que é inquestionável.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** não vê diferença entre responder através de uma carta ou por e-mail.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** entende que o assunto se prende com a figura do Presidente da Câmara, uma vez que é ele quem vai determinar, com a distribuição dos pelouros, quem pode ou não assinar correspondência. A dúvida que se coloca é a da resposta a questões que os munícipes dirigem aos Vereadores e que eles irão responder na qualidade de Vereadores, sem vincular o órgão Câmara Municipal ou Presidente da Câmara, e é esta dúvida que o Vereador Paulo Vicente quer esclarecer com os serviços jurídicos.

⇒ O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** prosseguiu a sua intervenção, abordando o assunto relativo à falha de energia elétrica verificada recentemente e os problemas que a EDP Distribuição causou às empresas da Marinha Grande, perguntando se a Câmara teve conhecimento e se tomou alguma iniciativa no sentido de solucionar a questão desta empresa nacional com força para nos atrofiar a todos.

⇒ **Sobre os processos de obras particulares referiu o seguinte:**

- Pediu que lhe seja facultado o Regulamento do PDM e o regulamento das obras particulares;
- Perguntou se as Juntas de Freguesia se pronunciaram sobre os processos agendados;
- Sugeriu que seja sempre mencionada a data de entrada do pedido de licenciamento;
- Entende que os pontos do n.º 2 ao n.º 8 da ordem do dia estão incluídos na delegação de competência no Presidente da Câmara efetuada ao abrigo dos artigos 5.º e 117.º do RJUE, questionando se não têm que vir à Câmara apenas para conhecimento e não para deliberar. O **Sr. Presidente** esclareceu que aquilo que está agendado é a aprovação do projeto, que é competência da Câmara.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** também abordou a questão da EDP, salientando os problemas económicos inerentes à falha de energia, bem como os problemas de imagem das empresas. Reforçou a intervenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, acrescentando que não são só as empresas as prejudicadas mas também as famílias que vêem interrompidos os fornecimentos de energia e estragarem-se produtos. Deveria ser o próprio Presidente da Câmara a intervir diretamente junto da EDP e a fazer valer o seu poder institucional.

De seguida interveio o **Sr. Vereador Carlos Logrado**, referindo que se deve aumentar a eficácia das reuniões, e que esta troca de informação deve ser contida na sua dimensão e mais assertiva, pelo que da sua parte pretende apresentar planos de ação, pedindo por isso que lhe fosse permitido apresentar e pôr à votação quatro propostas individuais.

Foi informado que não vai haver votações de propostas no período de antes da ordem do dia, embora não tenha dúvidas de que podem ser votadas.

Colocada a questão, o **Sr. Presidente** disse que vai pedir esclarecimento jurídico sobre se pode ou não haver votação de propostas no período de antes da ordem do dia.

Ainda a este propósito, O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que todas as propostas são bem vindas, o que é necessário, tal como pediu na primeira reunião, é que sejam agendadas, e não é só para cumprir a lei, mas para dar tempo aos outros Vereadores para se prepararem. Está de acordo com o aumento da eficácia das reuniões, mas enquanto não houver qualquer Regimento, e porque acha que é assertivo, vai continuar a ser assertivo na forma de expandir e colocar a sua intervenção.

Respondendo à questão da gravação das reuniões, o **Sr. Presidente** informou que para isso ser possível e ser feito de forma oficial é necessário alocar uma verba para se poder adquirir o equipamento.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** disse que pessoalmente não admite que as suas intervenções sejam gravadas seja por quem for, comunicação social ou particular, porque é crime e participará judicialmente. Mesmo a comunicação social para gravar tem que pedir autorização.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que sendo as reuniões públicas, entende que toda e qualquer pessoa pode colher imagens, som, fotos e vídeos, pelo que, face às posições divergentes, pedia que a questão fosse analisada.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** entende que é desejável a gravação oficial das reuniões.

O Sr. Presidente continuou a responder às questões colocadas, e informou o seguinte:

- O Regimento está a ser elaborado pelos serviços jurídicos;
- A reunião geral de trabalhadores só se realizará quando a Câmara estiver constituída, com todos os Vereadores definidos e os respetivos pelouros;
- A disponibilização do espaço físico também depende da definição dos Vereadores e ainda não estamos atrasados, pelo que pediu a compreensão de todos;
- Acompanhou a situação com a EDP a par e passo e manifestou a sua indignação pelo tratamento dado à Marinha Grande, que só serve para pagar bem. O próprio NERLEI tem insistido com o Dr. António Mexia para cá vir e não tem conseguido. Ele próprio pediu uma reunião com o responsável da EDP e aguarda para apresentar a reclamação, porque não é só esta situação de agora, são muitas mais, na certeza porém de que é uma batalha difícil, a EDP é um poder dentro do Estado. Vai fazer o mais possível para que os interesses das populações e empresas da Marinha Grande sejam acautelados. Na situação ocorrida foi necessário virem pessoas de Coimbra para resolver o problema e só deixou de insistir quando se resolveu.

Ainda sobre a EDP, o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que deve ser tomada uma atitude de força, aliando-se a Câmara às empresas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Terminado o período de antes da ordem do dia, passou-se à discussão e votação dos assuntos da ordem do dia da presente reunião.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Para explicar os documentos referentes ao ponto 1, o Sr. Presidente solicitou a presença da Chefe da Divisão Financeira, Dr.ª Sandra Paiva, que respondeu às questões colocadas sobre os mesmos pelos Srs. Vereadores e acolheu as sugestões apresentadas.

1 - 19.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013

895 - Presente proposta da 19ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

17ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2013, no valor de 374.403,75 euros nos reforços e de 374.403,75 euros nas anulações;

14.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2013 no valor de 304.752,00 euros nos reforços e de 304.752,00 euros nas anulações;

16.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2013 no valor de 36.415,00 euros nos reforços e de 89.506,75 euros nas anulações;

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, **delibera aprovar a 19ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, nos termos da alínea d), do nº 1, do art. 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.**

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira absteve-se e declarou ter sido este o sentido do seu voto porque é um orçamento que vem de trás e em que não participou, referindo que não estão em causa as anulações e os reforços mas apenas porque não estava na gestão.

Tendo em conta que a Chefe da Divisão Financeira estará ausente no período da tarde, uma vez que tem de comparecer em Tribunal, foi pedido, e aceite por todos, que fosse discutido e votado de imediato o ponto 87, por se tratar de matéria da mesma Divisão.

87 - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE SETEMBRO DE 2013, NO ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 75.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2013

896 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal tomada em 28/01/2013, na continuação da reunião de Câmara de 24/01/2013, para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 4, do artigo 75.º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, foi deliberado emitir parecer prévio genérico favorável à celebração de contratos de prestação de serviços desde que se verificassem cumulativamente as seguintes condições:

- tratar-se de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, sendo que a obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial só será passível de aplicação com a publicação da Portaria a que alude o n.º 2 do art.º 33.º-A da Lei n.º 53/2006 de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;
- a existência de cabimento orçamental;
- a adjudicação ocorra nos termos do disposto no artigo 128º do Código dos Contratos Públicos, Regime Simplificado, ou seja, para todas as aquisições de serviços cujo preço contratual não seja superior a 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA);
- o cumprimento da aplicação da redução remuneratória, atento o disposto no n.º 1, do artigo 75º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, sempre que aplicável;
- não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA) a contratar com a mesma contraparte.

Considerando que foi deliberado que a lista dos contratos celebrados deveria ser apresentada em reunião camarária para efeitos da sua apreciação e tomada de conhecimento.

Atento o exposto, remete-se em anexo a lista dos contratos de prestação de serviços celebrados no mês de Setembro de 2013 que foram objeto de parecer prévio genérico em reunião camarária de 28/01/2013, na continuação da reunião de Câmara de 24/01/2013.

A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento da relação dos serviços adjudicados atenta deliberação camarária de 28/01/2013, na continuação da reunião de Câmara de 24/01/2013, pela qual se concedeu parecer prévio genérico à celebração de contratos de prestação de serviços cujo procedimento de contratação pública adotado foi o ajuste direto simplificado preceituado no n.º 1, do art. 128.º, do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Na sequência da análise da lista dos contratos de prestação de serviços celebrados, foi sugerido pelos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Carlos Logrado que seja aumentada uma coluna, a partir do início do próximo ano, em que passe a constar o valor acumulado por fornecedor.

O Sr. Vereador Carlos Logrado referiu que é desejável, politicamente, que se reduzam drasticamente os ajustes diretos, fazendo-se concursos públicos anuais.
De seguida perguntou qual é a verba total gasta em manutenção e reparação automóvel ao abrigo do parecer prévio, tendo sido informado que esses dados ser-lhe-ão fornecidos oportunamente pela Divisão Financeira.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A reunião foi interrompida, para almoço, das 12:50 horas às 14:30 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

No recomeço, o Sr. Presidente informou o seguinte:

- Dado que todos concordaram em gravar as reuniões da Câmara, vai ser comprado o equipamento para esse fim, mas como é ele que dirige a reunião, não admite que de forma privada alguém esteja a gravá-la ou a tirar fotos, embora vá pedir que seja verificada a sua legalidade;
- Desde janeiro que nos encontramos em revisão do PDM, estando constituída a Comissão de Acompanhamento, que irá realizar a 1.ª reunião brevemente.

Para apresentar os processos de obras particulares, o Sr. Presidente solicitou a presença da Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, Dr.ª Inês Marrazes, que respondeu às questões colocadas sobre os mesmos pelos Srs. Vereadores e acolheu as sugestões apresentadas.

2 - REQ. N.º 1414/13 – PC N.º 319/13 – MARINHOBRA – COMPRA, VENDA E REVENDA DE BENS IMÓVEIS, LDA.

897 - Presente requerimento n.º 1414/13, datado de 2013/09/09, constante do processo camarário n.º 319/13, subscrito por MARINHOBRA – Compra Venda e Revenda de Bens Imóveis, Lda., com sede na Rua das Portas Verdes, n.º 3 – freguesia de Marinha Grande, a solicitar informação prévia relativa à viabilidade de “*Construção de Moradia*”, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua dos Agostinhos, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19620, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19560-P, da respetiva freguesia de Marinha Grande.
Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2013/10/14.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico constante do processo, a Câmara delibera informar ser inviável a pretensão requerida, visto que, num eventual pedido de licenciamento a apresentar nos termos propostos, o mesmo seria passível de indeferimento, fundamentado na alínea *a)* do n.º 1 e alínea *b)* do n.º 2 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, designadamente por:

1. Violar normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente os números 3 e 4 do art. 5.º do regulamento do Plano Diretor Municipal em vigor, ao prever a “*abertura*” de acesso a arruamento existente sem contemplar estudo conjunto para a área envolvente, verificando-se ainda que a solução viária adotada (arruamento a terminar em impasse), mais não faz do que “*resolver*” a circulação viária apenas para as parcelas que lhe são confinantes.

2. A operação urbanística constituir, comprovadamente, uma sobrecarga incompatível para as infraestruturas ou serviços gerais existentes ou implicar, para o município, a construção ou manutenção de equipamentos, a realização de trabalhos ou a prestação de serviços por este não previstos, designadamente no que respeita ao prolongamento de arruamento existente e execução de novo arruamento, bem como as respetivas infraestruturas de suporte.

Nos termos do n.º 4 do art. 16.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, informa-se o requerente que a pretensão em causa poderá vir a reunir condições de viabilidade, nas seguintes condições:

1. A solução de desenho urbano a adotar, em termos viários, deverá contemplar estudo conjunto abrangendo uma área envolvente, por forma a que o arruamento ou arruamentos a propor, não culminem em impasses indesejados;

2. As infraestruturas do(s) arruamento(s) a projetar, deverão prever as ligações às infraestruturas existentes, desde que comprovadamente, não resultem numa sobrecarga incompatível para as mesmas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 1415/13 – PC N.º 320/13 – MARINHOBRA – COMPRA, VENDA E REVENDA DE BENS IMÓVEIS, LDA.

898 - Presente requerimento n.º 1415/13, datado de 2013/09/09, constante do processo camarário n.º 320/13, subscrito por MARINHOBRA – Compra Venda e Revenda de Bens Imóveis, Lda., com sede na Rua das Portas Verdes, n.º 3 – freguesia de Marinha Grande, a solicitar informação prévia relativa à viabilidade de “*Construção de Moradia*”, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua dos Agostinhos, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19619, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19559-P, da respetiva freguesia de Marinha Grande. Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2013/10/14, que se transcreve:

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico constante do processo, a Câmara deliberou informar ser inviável a pretensão requerida, visto que, num eventual pedido de licenciamento a apresentar nos termos propostos, o mesmo seria passível de indeferimento, fundamentado na alínea *a)* do n.º 1 e alínea *b)* do n.º 2 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, designadamente por:

1. Violar normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente os números 3 e 4 do art. 5.º do regulamento do Plano Diretor Municipal em vigor, ao prever a “*abertura*” de acesso a arruamento existente sem contemplar estudo conjunto para a área envolvente, verificando-se ainda que a solução viária adotada (arruamento a terminar em impasse), mais não faz do que “*resolver*” a circulação viária apenas para as parcelas que lhe são confinantes.

2. A operação urbanística constituir, comprovadamente, uma sobrecarga incompatível para as infraestruturas ou serviços gerais existentes ou implicar, para o município, a construção ou manutenção de equipamentos, a realização de trabalhos ou a prestação de serviços por este não previstos, designadamente no que respeita ao prolongamento de arruamento existente e execução de novo arruamento, bem como as respetivas infraestruturas de suporte.

Nos termos do n.º 4 do art. 16.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, informa-se o requerente que a presente pretensão poderá vir a reunir condições de viabilidade, nas seguintes condições:

1. A solução de desenho urbano a adotar, em termos viários, deverá contemplar estudo conjunto abrangendo uma área envolvente, por forma a que o arruamento ou arruamentos a propor, não culminem em impasses indesejados;

2. As infraestruturas do(s) arruamento(s) a projetar, deverão prever as ligações às infraestruturas existentes, desde que comprovadamente, não resultem numa sobrecarga incompatível para as mesmas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 1534/13 – PC N.º 337/11 – ANIBAL ASCENSO ANDRÉ

899 - Presente requerimento n.º 1534/13, datado de 2013/09/24, constante do processo camarário n.º 337/11, referente ao “*Pedido de emissão de certidão de destaque de parcela*”, a incidir sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande, sob o n.º 1856, com a área total de 4.450m2, contendo os artigos matriciais n.º 2817 (urbano), n.º 3393 (urbano) e n.º 276 (rústico), a confrontar a Norte com Aníbal de Ascenso André, a Sul e Poente com caminho, a Nascente com António Teodósio Pereira; localizado no lugar de Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, nos termos previstos no n.º 4 do art. 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2013/10/01, que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários ao deferimento da operação de destaque requerida, bem como à emissão da respetiva certidão comprovativa.

Após análise da pretensão, bem como o referido parecer técnico datado de 2013/10/01, a Câmara delibera deferir a operação de destaque em referência, por se encontrarem reunidas as condições expressas no n.º 4 do art. 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 02/09 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, dado o prédio se situar em perímetro urbano e as duas parcelas resultantes do destaque, confrontarem com arruamento público.

Mais delibera mandar emitir a respetiva certidão de destaque para efeitos de registo predial, nos termos do n.º 9 daquele diploma, devendo nela constar a obrigatoriedade de inscrição do ónus de não fracionamento das parcelas resultantes do destaque, por um período de 10 anos contados da data do mesmo, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do art. 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, sem o que não poderá ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N.º 804/13 – PC N.º 193/12 – FERNANDO RODRIGUES TOMÉ

900 - Presente processo de licenciamento, em nome de Fernando Rodrigues Tomé, com o NIF – Numero de Identificação Fiscal 177 883 715, residente em Rua José Moreira, n.º 3, freguesia de Vieira de Leiria, para a legalização de alterações a um edifício destinado a habitação, existente no mesmo local, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7752 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5602-P, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 12/09/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

Presente processo antecedente, com o n.º 638-A, aprovado em reunião de Câmara de 10/10/1972;

A Câmara Municipal delibera:

Deferir o processo de licenciamento, em nome de Fernando Rodrigues Tomé, com o NIF – Numero de Identificação Fiscal 177 883 715, residente em Rua José Moreira, n.º 3, Vieira de Leiria, para a legalização de alterações a um edifício destinado a habitação, existente no mesmo local, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7752 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5602-P, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da

Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, sendo admissível a sua dispensa nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, na sua redação atual;

2.- Executar a totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra.

3.- Nos termos do disposto no n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N.º 1532/13 – PC N.º 254/13 – JOANA RITA DA SILVA FERREIRA

901 - Presente requerimento n.º 1532/13, datado de 2013/09/24, constante do processo camarário n.º 254/13, subscrito por Joana Rita da Silva Ferreira, com o NIF 233 723 242, residente na Rua 1.º de Maio, lugar de Moita, freguesia de Moita, inerente ao pedido de licenciamento para a obra de “*Construção de uma habitação unifamiliar e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio rústico sito no gaveto da Rua 5 de Outubro com a Rua do Campo, lugar de Moita, freguesia de Moita, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 715 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 718 da referida freguesia de Moita.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2013/09/24.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico datado de 2013/09/24 que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera deferir o pedido de licenciamento para a obra de “*Construção de uma habitação unifamiliar e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio rústico sito no gaveto da Rua 5 de Outubro com a Rua do Campo, lugar de Moita, freguesia de Moita, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 715 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 718 da referida freguesia de Moita, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09.

2. Apresentação, em igual período, de planta de implantação à escala 1:200 ou superior, com indicação das dimensões a área do terreno (inicial e final), área de cedência ao domínio público (passeios e alargamento dos arruamentos confinantes ao prédio).

3. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de

06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de retificação n.º 22-E/98, de 30/11.

4. Execução de todos os arranjos exteriores que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a Rua do 5 de Outubro e Rua do Campo, com largura de 1,60m e pavimentação da respetiva zona envolvente aos referidos arruamentos. Antes da execução do passeio, deverá solicitar previamente aos respetivos serviços municipais, a indicação do seu alinhamento, de acordo com o previsto no n.º 3 do art. 19.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

5. Aquando do início da construção, após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos Serviços de Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, promovendo o respetivo registo dessa deslocação no livro de obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N.º 1659/13 – PC N.º 197/13 – RUI FILIPE ROSA BARROQUINHO DA SILVA

902 - Presente pedido de licenciamento, em nome de Rui Filipe Rosa Barroquinho da Silva, com o NIF 237 483 882, residente em Rua da Agroeira n.º 62, lugar da Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande para a construção de uma moradia e muros de vedação, no prédio com 1.900,00 m², sito na Rua da Agroeira, lugar da Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13411 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 10.727 da referida freguesia de Marinha Grande;

Presentes pareceres técnicos datados de 11/07/2013 e 23/10/2013, que atestam encontrar-se o pedido em condições de merecer aprovação;

Depois de analisar o pedido, bem como os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a **Câmara Municipal delibera:**

Deferir o processo de licenciamento, em nome de Rui Filipe Rosa Barroquinho da Silva, com o NIF 237 483 882, residente em Rua da Agroeira n.º 62, lugar da Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande para a construção de uma moradia e muros de vedação, no prédio com 1.900,00 m², sito na Rua da Agroeira, lugar da Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial, de Marinha Grande sob o n.º 13.411 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 10.727 da referida freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação:

1.1- Completar o pedido com os elementos já solicitados pelo ofício n.º 947/13, de 2013/09/19, nomeadamente, o esquema de chaminé de ventilação e exaustão de fumos e gases de combustão e a ficha estatística devidamente preenchida com os dados referentes à operação a realizar.

1.2- Memória Descritiva com a menção do material de revestimento das paredes das instalações sanitárias, cozinha e locais de lavagem, em conformidade com o artigo 31º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas – RGEU e a menção do tipo de fogo, de acordo com o n.º 1 do artigo 66º do RGEU.

1.3- Os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

2- Ceder para o domínio público uma parcela de terreno com a área de 104,30 m² destinada à regularização de traçado do arruamento e execução de berma em toda a frente do terreno confinante com a Rua da Agroeira. Após a cedência o prédio ficará com a área de 1.750,70 m².

3- Executar o espaço público de alargamento do arruamento público confinante em calçada com um fio de água na zona de alargamento.

4- Instalar o recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro;

5- Aquando do início da construção, após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos Serviços de Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, promovendo o respetivo registo dessa deslocação no livro de obra.

6- A concessão da autorização de utilização fica condicionada à prévia apresentação da certidão da Conservatória do Registo Predial, com menção da área do prédio atualizada, resultante da cedência referida no antecedente ponto 2.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N.º 1612/13 – PC N.º 213/13 – AFONSO MANUEL ROLDÃO

903 - Presente processo de licenciamento, em nome de Afonso Manuel Roldão, com o NIF 117852040, residente na avenida 1º de Maio, n.º 161, Marinha Grande, para a legalização de um edifício destinado a armazém, existente na Avenida Eng.º Arala Pinto, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12100 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 15104, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 28/10/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

Presentes processos antecedentes, PC 908/74, relativo a construção de garagem com 3x3 m, aprovado em reunião de Câmara de 10/09/1974, PC 87/94, relativo à reparação de telhado, aprovado em reunião de Câmara de 5/05/1994 e PC/2000, requerendo a legalização das instalações existentes, indeferido em reunião de Câmara de 29/08/2001.

A Câmara Municipal delibera:

Deferir o processo de licenciamento, em nome de Afonso Manuel Roldão, com o NIF 117852040, residente na avenida 1ª de Maio, n.º 161, Marinha Grande, para a legalização de um edifício destinado a armazém, existente na Avenida Eng.º Arala Pinto, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.100 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 15.104, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

2.- Executar a totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente no que respeita ao remate do passeio público com a nova fachada a erigir no âmbito do presente processo.

Mais delibera informar o requerente dos seguintes aspetos:

1.- Nos termos do disposto no n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N.º 1478/13 – PC N.º 96/13 – JOAQUIM CARREIRA PEREIRA FELICIANO – CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA

904 - Presente processo de licenciamento, apresentado por Hélder Costa Feliciano, portador do NIF 147 418 453, residente na Estrada de Leiria, n.º 146, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, na qualidade de representante legal de Nilza de Jesus Costa, residente na rua da Fonte Velha, n.º 2, portadora do NIF 121 081 648, designada Cabeça de Casal da herança indivisa aberta por óbito de Joaquim Carreira Pereira Feliciano, a que foi atribuído o NIF 706 141 857, para a alteração da configuração e do uso de um edifício destinado a comércio para a prática de culto, existente na Estrada de Leiria, n.º 146, lugar de Embra, freguesia de concelho de Marinha Grande, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16.488 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18950-P, da referida freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 25/10/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

Presentes processos antecedentes, PC 151/97, relativo ao edifício existente, aprovado em reunião de Câmara de 13/03/1997 e com o alvará de licença de utilização n.º 30, emitido a 2/02/1999 e 640-06 relativo ao destaque da parcela em que se localiza o edifício em causa;

A Câmara Municipal delibera:

Deferir o processo de licenciamento, apresentado por Hélder Costa Feliciano, portador do NIF 147 418 453, residente na Estrada de Leiria, n.º 146, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, na qualidade de representante legal de Nilza de Jesus Costa, residente na rua da Fonte Velha, n.º 2, portadora do NIF 121 081 648, designada Cabeça de Casal da herança indivisa aberta por óbito de Joaquim Carreira Pereira Feliciano, a que foi atribuído o NIF 706 141 857, para a alteração da configuração e do uso de um edifício destinado a comércio para a prática de culto, existente na Estrada de Leiria, n.º 146, lugar de Embra, freguesia de concelho de Marinha Grande, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16.488 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18950-P, da referida freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1.- Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, dos seguintes elementos:

1.1.- Planta de arranjos exteriores retificada de modo a comportar a marcação do número mínimo de 11 gares de estacionamento no logradouro do prédio de modo a satisfazer os valores definidos pelo PDM da Marinha Grande relativos a este parâmetro, constantes na definição da Restante Área Urbana incluída no n.º 8 do artigo 5º do seu regulamento;

1.2.- Projetos de especialidade aplicáveis em falta, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, nomeadamente projeto acústico.

2.- Execução da totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao correto acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N.º 1486/13 – PC N.º 188/13 – ARTUR RAMALHO LOPES

905 - Presente requerimento n.º 1486/13, datado de 2013/09/17, constante do processo camarário n.º 188/13, subscrito por Artur Ramalho Lopes, com residência na Rua dos Vales, n.º 1, lugar de Boco, freguesia de Vieira de Leiria, inerente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de Moradia Unifamiliar e Muros*”, incluindo a “*Demolição de Edificação*” existente, incidente sobre um prédio sito na Rua dos Vales, lugar de Boco, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 5.106 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1.250 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 105, da referida freguesia de Marinha Grande.

Presentes projetos de especialidades e das obras de urbanização a realizar no âmbito do respetivo pedido, tendo em vista dotar o prédio em causa das infraestruturas necessárias ao licenciamento requerido.

Presentes pareceres técnicos sobre o assunto, datados de 2013/08/07 e de 2013/10/07, referentes aos projetos de arquitetura e de especialidades/obras de urbanização, respetivamente.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos referidos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera deferir o pedido de licenciamento da obra de “*Construção de Moradia Unifamiliar e Muros*”, incluindo a “*Demolição de Edificação*” existente, incidente sobre um prédio sito na Rua dos Vales, lugar de Boco, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 5.106 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1.250 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 105, da referida freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Prestação de caução destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização, nos termos do disposto no art. 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, no valor de 13 766,15 € (treze mil setecentos e sessenta e seis euros e quinze cêntimos), referente às seguintes componentes:

PROJETOS DE ESPECIALIDADES	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL
Infraestruturas Viárias	9 275,88 €
Rede de Abastecimento de Água	2 915,22 €
Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas	1 575,05 €
VALOR TOTAL APURADO PARA FINS DE CAUÇÃO A PRESTAR	13 766,15 €

2. O coordenador do projeto deverá promover a compatibilização dos projetos da rede de águas e de comportamento térmico, no que diz respeito à instalação dos painéis solares.
3. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente as obras de urbanização que decorrem dos projetos das especialidades apenas ao projeto de arquitetura apresentado.
4. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados.
5. A instalação do recetáculo postal domiciliário deve ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
6. Aquando do início da construção, após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, promovendo o respetivo registo dessa deslocação no livro de obra.
7. Cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12/03, alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17/06, que estabelece o regime das operações de gestão de resíduos resultantes de obras ou demolições de edificações ou de derrocadas, abreviadamente designados “resíduos de construção e demolição” ou “RCD”, compreendendo a sua prevenção e reutilização e as suas operações de recolha, transporte, armazenagem, tratamento, valorização e eliminação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N.º 1662/13 – PC N.º 234/11 – JORGE GONÇALVES ROSA

906 - Presente processo de licenciamento, apresentado por Jorge Gonçalves Rosa, com o NIF 204705614, residente na Rua Fernando José Alvarez Baridó, n.º 75, lugar de Ordem, freguesia de Marinha Grande, para a alteração e ampliação de um estabelecimento de bebidas, existente na Rua Fernando José Alvarez Baridó, n.º 75, lugar de Ordem, freguesia de Marinha Grande, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.687 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10.788, da freguesia e concelho da Marinha Grande, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em 15/03/2012.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica datada de 18/10/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados aptos a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara delibera:

Deferir o processo de licenciamento, apresentado por Jorge Gonçalves Rosa, com o NIF 204705614, residente na Rua Fernando José Alvarez Baridó, n.º 75, lugar de Ordem, para a alteração e ampliação de um estabelecimento de bebidas, existente na Rua Fernando José Alvarez Baridó, n.º 75, lugar de Ordem, freguesia de Marinha Grande, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.687 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10.788, da referida freguesia e concelho da Marinha Grande.

Delibera igualmente informar o requerente do seguinte:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2. Nos termos do art. 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N.º 1691/13 – PC N.º 158/13 – HRV – EQUIPAMENTOS DE PROCESSO, S.A.

907 - Presente processo de licenciamento, em nome de HRV - EQUIPAMENTOS DE PROCESSO SA, com o NIPC 501 299 947, com sede na Boavista, freguesia da Boavista e concelho de Leiria, para legalização de um edifício destinado a indústria, existente na rua da Grécia, no Casal da Lebre, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15.147 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17.822, da freguesia e concelho da Marinha Grande, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em 14/08/2013.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE – Regime Jurídico da urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica datada de 22/10/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados aptos a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara delibera:

Deferir o processo de licenciamento, em nome de HRV - EQUIPAMENTOS DE PROCESSO SA, com o NIPC 501 299 947, com sede na Boavista, freguesia da Boavista e concelho de Leiria, para legalização de um edifício destinado a indústria, existente na rua da Grécia, no Casal da Lebre, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15.147 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17.822, da freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**
- 3.- Nos termos do disposto no n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

908 - Presente processo de licenciamento, em nome de Ana Cristina dos Santos Vieira, com o NIF 189 234 210, residente na Urbanização Nova Conimbriga, Lt B 12, 1ª andar, freguesia de Condeixa-a-Velha, concelho de Condeixa-a-Nova, para a legalização da alteração de um edifício destinado a habitação, existente na Rua das Rosas, n.º 42, Pedra, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10.749 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19714- P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em 11/06/2013.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica datada de 12/09/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados aptos a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara delibera:

Deferir o processo de licenciamento, em nome de Ana Cristina dos Santos Vieira, com o NIF 189 234 210, residente na Urbanização Nova Conimbriga, Lt B 12, 1ª andar, freguesia de Condeixa-a-Velha, concelho de Condeixa-a-Nova, para a legalização da alteração de um edifício destinado a habitação, existente na Rua das Rosas, n.º 42, lugar de Pedra, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10.749 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19714- P, da referida freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**
- 3.- Nos termos do disposto no n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N.º 1724/13 – PC N.º 251/13 – TECNIMOPLÁS-INDÚSTRIA TÉCNICA DE MOLDES, LDA.

909 - Presente processo de licenciamento, em nome de Tecnimoplás-Indústria Técnica de Moldes, Lda., com o NIPC 500 280 533, com sede na Rua de Leiria, n.º 200, Embra, Marinha Grande, para a legalização de um edifício destinado a indústria, existente na Rua de Leiria, n.º 200, Embra, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2567 e na matriz predial urbana sob o n.º 1.110, da freguesia e concelho da Marinha Grande, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em 14/08/2013.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica datada de 25/10/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados aptos a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara delibera:

Deferir o processo de licenciamento, em nome de Tecnimoplás-Indústria Técnica de Moldes, Lda., com o NIF 500 280 533, com sede na rua de Leiria, n.º 200, Embra, Marinha Grande, para a legalização de um edifício destinado a indústria, existente na rua de Leiria, n.º 200, Embra, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2567 e na matriz predial urbana sob o n.º 1110, da freguesia e concelho da Marinha Grande, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em 14/08/2013.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2. Nos termos do art. 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3.- Nos termos do disposto no n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N.º 1611/13 – PC N.º 310/13 – ARMINDO NUNES MESQUITA

910 - Presente processo de licenciamento, em nome de Armindo Nunes Mesquita, com o NIF 105307734, residente em rua da Estação, lugar da Estação, freguesia e concelho da Marinha Grande, para a construção de muro de vedação, no prédio com 333,08 m², sito na Rua Vasco da Gama, n.º 47, no lugar da Estação, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19751 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 473 da referida freguesia de Marinha Grande. Presente parecer técnico datado de 2013/10/08 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação.

Depois de analisar o pedido, bem como do parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

Deferir o processo de licenciamento, em nome de Armindo Nunes Mesquita, com o NIF 105307734, residente em rua da Estação, lugar da Estação, freguesia da Marinha Grande, para a construção de muro de vedação, no prédio com 333,08 m², sito na Rua Vasco da Gama, n.º 47, no lugar da Estação, freguesia e concelho da Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19751 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 473 da referida freguesia de Marinha Grande.

Delibera igualmente informar o requerente do seguinte:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N.º 1456/13 – PC N.º 36/11 – JOSUÉ JERÓNIMO INÊS

911 - Presente processo de licenciamento, em nome de Josué Jerónimo Inês, com o NIF 141612240, residente na Rua 42, n.º 24, para a alteração em obra, ao abrigo do artigo 83º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, de um edifício destinado a armazém, serviços e indústria, existente na Rua do Repouso, Casal Galego, freguesia e

concelho da Marinha Grande, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4535, e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.ºs 13.125, 13.949 e 15.606, e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 5.987, todos da freguesia e concelho da Marinha Grande, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em 14/08/2013.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica datada de 20/09/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados aptos a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara delibera:

Deferir o processo de licenciamento, em nome de Josué Jerónimo Inês, com o NIF 141612240, residente na Rua 42, n.º 24, Casal Galego, Marinha Grande, para a alteração, em obra, ao abrigo do artigo 83.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, de um edifício destinado a armazém, serviços e indústria, existente na rua do Repouso, Casal Galego, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4535, e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.ºs 13.125, 13.949 e 15.606, e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 5.987, todos da freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais deliberou informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 27.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, a alteração à licença dá lugar a aditamento ao alvará, pelo que deverá entregar o original do mesmo, de modo a se proceder ao respetivo averbamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N.º 1493/13 – PC N.º 247/10 – RECICLAUREANO -COMÉRCIO DE SUCATAS, LDA

912 - Presente processo de licenciamento de alterações em obra, em nome de Reciclaureano - Comércio de Sucatas, Lda, com o NIPC 507443543, com sede na Rua da Índia, n.º 40, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, para a alteração em obra, ao abrigo do artigo 83.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, de um edifício

destinado a comércio e armazém de sucatas, em construção na Rua Quinta da Lagoinha, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8.920.

Presente processo de licença de construção n.º 247/10, em nome da mesma requerente, aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em 14/09/2011, a que corresponde o alvará de licença de construção n.º 12/12, válido até 23 de fevereiro de 2014, que se pretende agora alterar.

Presentes projetos das especialidades relativos à alteração pretendida, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica datada de 28/10/2013 que atesta estarem os projetos referentes às alterações aptos a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara delibera:

Deferir o processo de licenciamento, em nome de Reciclaureano - Comércio de Sucatas, Lda, com o NIPC 507443543, com sede na Rua da Índia, n.º 40, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, para a alteração em obra, ao abrigo do n.º 3 do artigo 83.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, de um edifício destinado a comércio e armazém de sucatas, em construção na rua Quinta da Lagoinha, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8920, ao abrigo do alvará de obras de construção n.º 12/12, emitido a 24 de fevereiro de 2012 e válido até 23 de fevereiro de 2014.

Mais delibera informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 7 do art. 27.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, a alteração da licença dá lugar a aditamento ao alvará, pelo que deverá apresentar o respetivo original no prazo necessário para garantir que as obras sejam concluídas antes da apresentação do pedido de autorização de utilização a que se refere o n.º 1 do artigo 63 do mesmo diploma legal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N.º 1511/13 - PC N.º 210/13 - BOLLINGHAUS PORTUGAL-ACOS ESPECIAIS,LDA.

913 - Presente requerimento n.º 1511/13, datado de 2013/09/20, constante do processo camarário n.º 210/13, apresentado por BOLLINGHAUS PORTUGAL – AÇOS ESPECIAIS, LDA., com o NIPC n.º 503752533, com sede na Travessa da Indústria, n.º 6, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inerente ao pedido de licenciamento da obra de “*Demolição de Chaminé Industrial*” existente, integrada na unidade industrial denominada Bollinghaus Portugal Aços Especiais, SA, localizada num prédio sito na Travessa da Indústria, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, em área que em tempos se encontrou afeta à Fábrica de Aços Tomé Feteira, S.A.R.L., descrito na Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Marinha Grande sob o n.º 2925 e inscrito na matriz urbana sob o n.º 3105 da respetiva freguesia.
Presentes pareceres técnicos dos serviços da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento e da Divisão de Ordenamento do Território, ambos datados de 2013/10/28.

Após análise da pretensão, bem como dos referidos pareceres técnicos datados de 2013/10/28, que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera deferi-la, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, até à emissão do alvará de obras de demolição, de levantamento arquitetónico, arqueológico e fotográfico elaborado por arqueólogo devidamente credenciado, bem como de todos os elementos que ainda existam associados à mesma, incluindo a realização dos trabalhos associados e necessários aos registos, salvaguardando-se a adequada documentação das suas características arquitetónicas, arqueológicas e tecnológicas existentes.**
- 2. Apresentação de compromisso que permita promover e desenvolver a curto/médio prazo a conservação/recuperação da chaminé localizada a sul, passando esta a incorporar um valor simbólico, dado representar valores como a memória e identidade de um importante período de industrialização da freguesia e do município.**
- 3. Cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12/03, alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17/06, que estabelece o regime das operações de gestão de resíduos resultantes de obras ou demolições de edificações ou de derrocadas, abreviadamente designados “resíduos de construção e demolição” ou “RCD”, compreendendo a sua preservação e reutilização e as suas operações de recolha, transporte, armazenagem, tratamento, valorização e eliminação.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - REQ. N.º299/13 – PC N.º 1/13 – ISABEL MARIA MARQUES LEMOS

914 - Presente requerimento n.º 299/13, datado de 2013/03/01, constante do processo camarário n.º 1/13, subscrito por Isabel Maria Marques Lemos, NIF N.º 151698643, com residência na Rua Adolfo Leitão, n.º 23-r/c, lugar de São Pedro de Moel, freguesia de Marinha Grande, inerente ao pedido de licenciamento para a realização da obra de “*Alteração e Ampliação de um Edifício de Habitação*” existente, incidente sobre um prédio sito na Rua Dr. Adolfo Leitão, lugar de São Pedro de Moel, freguesia de Marinha Grande,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8665 e inscrito na matriz urbana sob o n.º 4760, da respetiva freguesia.
Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2013/08/29.

Após análise da pretensão, bem como o referido parecer técnico que propõe o indeferimento do pedido, a Câmara Municipal concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias úteis, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

“(...) considera-se que o projeto de arquitetura apresentado, não reúne condições de ser aprovado, propondo o indeferimento da pretensão, ao abrigo do n.º 4 do art. 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, por a obra ser suscetível de manifestamente afetar a “(...) estética das povoações, a sua adequada inserção no ambiente urbano ou a beleza das paisagens, designadamente em resultado da desconformidade com as cêrceas dominantes, a volumetria das edificações (...)”, dado a solução apresentada para a cobertura da edificação a ampliar, contribuir para elevar significativamente a sua altura, desenquadrando-o com o edifício que lhe está adjacente, a nascente.

Mais se deverá informar o requerente que, a eventual reformulação da proposta apresentada, deverá prever uma nova solução para a cobertura do edifício, que contribua para reduzir a sua altura, nomeadamente através da adoção de cobertura plana ou de cobertura com muito pouca inclinação, garantindo assim o correto enquadramento entre os edifícios adjacentes.

(...)”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - REQ. N.º 381/13 – PC N.º 90/11 – SIMÕES, SILVA & FILHOS, LDA.

915 - Presente requerimento n.º 381/13, datado de 2013/03/12, constante do processo camarário n.º 90/11, subscrito por Simões Silva & Filhos, Lda., com o NIPC 502 041 480, com sede na Rua dos Vasos, Lote 5, Cruz da Areia, 2410-064 Leiria, freguesia de Leiria, a solicitar o licenciamento de “CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO E MUROS”, incidente sobre um prédio sito em Rua das Cavadinhas, Tojeira de Picassinós, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16565 e inscrito na matriz predial rustica sob o artigo n.º 906 da referida freguesia de Marinha Grande.

Presente informação técnica sobre o assunto, datada de 2013/09/19.

Analizada a pretensão, bem como a referida informação técnica que propõe o indeferimento do pedido, a Câmara Municipal, concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos

artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias úteis, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

“(…) Tendo por base o último parecer técnico emitido sobre a pretensão em referência, propõe-se o indeferimento da pretensão, fundamentado na alínea b) do n.º 2 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, adiante RJUE, designadamente por “(…) A operação urbanística constituir, comprovadamente, uma sobrecarga incompatível para as infra- estruturas ou serviços gerais existentes, ou implicar, para o município, a construção ou manutenção de equipamentos, a realização de trabalhos ou a prestação de serviços por este não previstos, designadamente quanto a arruamentos e redes de abastecimento de água, de energia elétrica ou de saneamento.(…)”, face à ausência de infraestrutura pública de drenagem de águas residuais pluviais e à não previsão da requalificação viária da Rua das Cavadinhas, no troço compreendido entre o limite da propriedade a noroeste e a Rua dos Poços, conforme condicionalismo expresso no ponto 2 da Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 24 de Junho de 2010, no âmbito do Pedido de Informação Prévia n.º 577- 09, antecedente ao presente pedido de licenciamento.

Mais se deverá informar o requerente que, nos termos do n.º 1 do art. 25.º do RJUE, o pedido poderá vir a ser reapreciado, desde que o requerente, em sede de audiência prévia, se comprometa a realizar os trabalhos necessários ou a assumir os encargos de funcionamento das infraestruturas por um período mínimo de 10 anos, devendo para o efeito apresentar processo autónomo relativo ao licenciamento das obras de urbanização necessárias, nos seguintes termos constantes da Portaria n.º 232/2008, de 11/03, contemplando nomeadamente:

- 1. Rede Viária e Acessibilidades : De forma a estabelecer um traçado em planta e definição de alinhamentos para a rua das Cavadinhas, no troço da rua compreendido entre o limite da propriedade a nordeste e a Rua dos Poços, foi desenvolvido por um estudo com a definição da diretriz do arruamento, conforme planta anexa e que se disponibiliza em formato digital, pelo que deverá adaptar-se a proposta ao alinhamento definido. O passeio proposto não deverá ser interrompido para a acesso à propriedade, devendo apenas ser rebaixado, utilizando calçada grossa 0,10mx 0,10m na zona do acesso à propriedade. Deverá considerar-se ainda a pavimentação em betão betuminoso (camada de desgaste) na totalidade da faixa de rodagem no troço da rua das Cavadinhas compreendido entre o limite da propriedade a nordeste e a Rua dos Poços, por via da construção de infraestruturas subterrâneas.*
- 2. Rede de Drenagem das Águas Residuais Pluviais : O local não é servido por infraestruturas públicas de drenagem de águas residuais pluviais. Deste modo, deverá proceder-se à apresentação da respetiva especialidade, prevendo uma solução que possibilite a drenagem gravítica das águas pluviais para a linha de água mais próxima ou coletor pluvial existente e com capacidade para o escoamento das águas pluviais.*
- 3. Redes de Iluminação Pública e Rede Elétrica : Deverá apresentar projetos da especialidade que contemplem a rede elétrica e iluminação pública da zona em estudo, devidamente aprovados pelas respetivas entidades.*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

- 4. Redes de Redes de Telecomunicações e Rede de Gás : Deverá apresentar os respetivos projetos da especialidade da rede de telecomunicações e rede de gás compatibilizados com as redes existentes, devidamente aprovados pelas respetivas entidades.***
- 5. Arranjos Exteriores : Face à dimensão de terreno a afetar a logradouro comum das frações habitacionais que se pretendem constituir em Regime de Propriedade Horizontal, deverá proceder-se à apresentação dos elementos necessários (peças escritas e gráficas) contendo a solução a adotar para o devido tratamento daquela área. (...)”***

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - REQ. N.º 894/13 – PC N.º 750/06 – RODRIGUES & RIBEIRO, LDA.

916 - Presente pedido de licenciamento, em nome Rodrigues e Ribeiro, Lda., com o NIPC 500775478, com sede em Av. 11 de Julho, freguesia de Memória, concelho de Leiria, para alteração de uma moradia, sita na Rua Serenata Marinhense, Lote 23, lugar de Comeira, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.723 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17.423, da referida freguesia de Marinha Grande, dispondo de alvará de licença de construção n.º 20/11, emitido em 16/03/2011.

Presente parecer técnico datado de 03/10/2013 que atesta não se encontrar o processo em condições de merecer aprovação.

A Câmara Municipal apreciou o pedido, bem como o parecer técnico que sobre ele recaiu e delibera:

Notificar o requerente, Rodrigues e Ribeiro, Lda., com o NIPC 500775478, com sede em Av. 11 de Julho, Memória, Leiria, em sede de audiência prévia, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), concedendo-lhe 15 dias uteis, antes de ser tomada a decisão final, para que este refira, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a presente proposta de indeferimento, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, do seu pedido, referente à alteração do projeto de obra de construção de moradia (com alvará de licença de construção n.º 20/11), sita na Rua Serenata Marinhense, Lote 23, lugar de Comeira, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.723, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17.423, designadamente por violar o n.º 1 do artigo 84º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas – RGEU, uma vez que não é assegurado o equipamento mínimo de instalação sanitária (*lavatório, banheira, uma bacia de retrete e um bidé*), e não dar cumprimento ao ponto 3.3.4 da secção 3.3 do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08/08, quanto à rede de espaços e equipamentos acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - REQ. N.º 895/13 – PC N.º 751/06 – RODRIGUES & RIBEIRO, LDA.

917 - Presente pedido de licenciamento, em nome Rodrigues e Ribeiro, Lda, com o NIPC 500775478, com sede em Av. 11 de Julho, Memória, Leiria, para alteração de uma moradia, sita na Rua Serenata Marinhense, Lote 23, lugar de Comeira, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14722 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17.422, da respetiva freguesia de Marinha Grande, dispondo de alvará de licença de construção n.º 30/11. com sede em Av. 11 de Julho, Memória, Leiria, para alteração de uma moradia, sita na Rua Presente parecer técnico datado de 04/10/2013 que atesta não se encontrar o processo em condições de merecer aprovação.

A Câmara Municipal apreciou o pedido, bem como o parecer técnico que sobre ele recaiu e delibera:

Notificar o requerente, Rodrigues e Ribeiro, Lda, com o NIPC 500775478, com sede em Av. 11 de Julho, Memória, Leiria, em sede de audiência prévia, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), concedendo-lhe 15 dias, antes de ser tomada a decisão final, para que este refira, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a presente proposta de indeferimento, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto- Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, do seu pedido, referente à alteração do projeto de obra de construção de moradia (com alvará de licença de construção n.º 30/11), sita na Rua Serenata Marinhense, Lote 23, lugar de Comeira, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.722, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17.422, da referida freguesia de Marinha Grande, por violar o n.º 1 do artigo 84º do Regulamento Geral das Edificações urbanas – RGEU, uma vez que não é assegurado o equipamento mínimo de instalação sanitária (*lavatório, banheira, uma bacia de retrete e um bidé*), e não dar cumprimento ao ponto 3.3.4 da secção 3.3 do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08/08, quanto à rede de espaços e equipamentos acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - REQ. N.º 2585/11 – PC N.º 375/11 – ANIBAL ASCENSO ANDRÉ

918 - Presente processo de licenciamento, em nome de Aníbal Ascendo André, com o NIF 136674941, residente em Rua da Cerca, n.º 11, lugar de Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, Marinha Grande, para a legalização de alteração e de ampliação de uma moradia sita na Rua da Cerca, n.º 7, lugar de Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, no prédio misto com 4.450 m², descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.856 e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.º 2.817 e n.º 3.393 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 276, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande;

Presentes pareceres técnicos datados de 05/01/2012 e de 07/10/2013 que atestam não se encontrar, o pedido em condições de merecer aprovação.

Após análise do pedido, bem como dos pareceres técnicos que sobre ele recaíram a Câmara Municipal delibera:

Notificar o requerente, Aníbal Ascendo André, com o NIF 136674941, residente em Rua da Cerca, n.º 11, lugar de Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, em sede de audiência prévia, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), concedendo-lhe 15 dias, antes de ser tomada a decisão final, para que este refira, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a proposta de indeferimento da pretensão, com base no disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, referente à legalização da alteração e da ampliação de uma moradia sita na Rua da Cerca, n.º 7, lugar de Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, no prédio misto com 4.450 m², descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.856 e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.º 2.817 e n.º 3.393 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 276, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, designadamente por não assegurar o disposto no n.º 3 do ponto 3.3.4. da secção 3.3. do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08/08, sobre as condições de acessibilidade às banheiras, e não observar os do artigos 71º n.º 1, 73º e 86º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas – RGEU, por não assegurar área mínima de vão de iluminação da cozinha agrícola, não assegurar o afastamento mínimo de 3 m das janelas das cozinhas ao muro/limite do prédio, e por a instalação sanitária comunicar com a sala.

1- Na revisão do projeto devem ser considerados os seguintes aspetos:

A Rua da Cerca, no Lugar da Passagem na Vieira de Leiria apresenta estrangulamentos com perfis transversais de reduzidas dimensões, apresentando o muro da moradia em análise uma saliência, que origina uma redução brusca da faixa de rodagem, com interrupção do passeio existente a norte da construção.

De acordo com um estudo de alinhamento elaborado pelos serviços da Câmara para um muro existente a sul da presente moradia do requerente, é preconizado para a rua uma faixa de rodagem com uma largura de 6,00m e um passeio de 1,60m.

Em face do exposto preconiza-se a salvaguarda de uma largura disponível para a faixa de rodagem de 6,0m, contados a partir do lancil do passeio do lado oposto, em

toda a extensão da propriedade, sendo o passeio executado com largura variável no espaço sobranceiro entre o limite da faixa de rodagem e a casa.

O alinhamento do muro localizado a norte da moradia deverá ligar o cunhal da fachada principal com o muro existente a norte. O passeio deverá fazer uma curva de concordância entre os dois alinhamentos retos.

A rua está dotada de um coletor de águas residuais domésticas pelo que deverá ser prevista a ligação das águas residuais domésticas ao coletor existente na rua da Cerca.

2- Deverá ainda completar a instrução do pedido com:

- a) Estimativa Orçamental adequada às características da obra e aos valores de referência constantes do Quadro XIX do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor (DRE – 2ª série, n.º 104 de 30/05/2013), conforme comunicado pelo ofício n.º 1041/11, de 07/12/2011.
- b) Menção do número do processo camarário referente à construção dos muros de vedação que delimitam o prédio.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - REQ. N.º 1149/13 – PC N.º 239/13 – MARIA GRACIETE LEAL GOMES MATOS FERREIRA MARQUES

919 - Presente requerimento n.º 1149/13, datado de 2013/07/24, apresentado por Maria Graciete Leal Gomes Matos Ferreira Marques, constante do processo camarário n.º 239/13, referente ao “*Pedido de emissão de certidão de destaque de parcela*”, a incidir sobre o prédio urbano com a área de 1.530m², localizado na Rua Catarina Eufémia, n.º 42, lugar de Amieirinha, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande, sob o n.º 8.116 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 9.736, nos termos previstos no n.º 4 do art. 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2013/10/02.

Após análise da pretensão, bem como o referido parecer técnico que propõe o indeferimento do pedido, a Câmara Municipal concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias úteis, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

“(…)

1. *Pelo requerimento em apreço é solicitada a emissão de certidão de destaque de parcela, de um prédio urbano com a área de 1.530m², sito na Rua Catarina Eufémia, n.º 42, lugar de Amieirinha, freguesia de Marinha Grande, inscrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8116 e na respetiva Matriz sob o n.º 9736.*

2. *Da acordo com a Carta de Ordenamento contida no Plano Diretor Municipal da Marinha Grande em vigor, o referido prédio situa-se na designada “Restante Área Urbana” do “Aglomerado Urbano da Marinha Grande”.*
3. *Da consulta aos antecedentes existentes em Arquivo Municipal, verifica-se que o prédio assinalado, corresponde em termos de configuração e área, ao “somatório” da delimitação e áreas dos designados “Lote 1” e “Lote 2”, constituídos através do Alvará de Loteamento n.º 4/1980 (processo camarário n.º 58/1980), emitido em nome de Joaquim Ferreira Sapateiro.*
4. *Face ao exposto, considero que não poderá emitir-se a certidão de destaque requerida, propondo que se notifique o requerente, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, para no prazo de 15 dias a contar da data de notificação, dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre a proposta de indeferimento do pedido, em virtude da operação urbanística pretendida, não garantir o cumprimento do disposto no n.º 8 do art. 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, dado se verificar a violação de normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente o Alvará de Loteamento n.º 4/1980, ao pretender com a referida operação de destaque, a criação de parcelas de terreno em sobreposição a lotes de terreno constituídos através do referido alvará de loteamento.*
(...)”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - REQ. N.º 1430/12 – PC N.º 66/11 – MARIA SAMEIRO FERNANDES GONÇALVES

920 - Presente requerimento n.º 1430/12, datado de 2012/08/29, constante do processo camarário n.º 66/11, subscrito por Maria Sameiro Fernandes Gonçalves, com residência na Estrada de São Pedro de Moel, freguesia de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento da legalização da alteração e ampliação de edificação existente, composta por habitação e estabelecimento comercial, bem como o licenciamento da ampliação de todo o conjunto, tendo em vista a criação de um estabelecimento destinado a “*Alojamento Local*”, sito no lugar de Guarda Nova, freguesia de Marinha Grande, incidente sobre os prédios os prédios descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os n.ºs 10.299, 7.279 e 387, e inscritos na matriz predial urbana sob os artigos n.ºs 4.883, 4.886 e 13.828, respetivamente.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2013/10/08.

Após análise da pretensão, bem como o referido parecer técnico que propõe o indeferimento do pedido, a Câmara Municipal concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias úteis, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

*“(...) atendendo a que a pretensão não garante o cumprimento do índice de construção bruto definido no regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande em vigor, dado a área total de construção proposta (existente, a legalizar e a ampliar: 1250m²) exceder a área máxima permitida para o prédio em causa (612,64m²), considera-se desde já que o projeto de arquitetura apresentado não reúne condições de aprovação, propondo o indeferimento da pretensão, fundamentado na alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente o n.º 8 do art. 5.º do referido regulamento.
(...)”*

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - REQ. N.º 555/13 – PC N.º 99/13 – AFONSO JESUS CAMINHO

Assunto retirado da ordem do dia, para que a fiscalização se desloque ao local.

27 - REQ. N.º 981/13 – PC N.º 61/13 – PLASDANGEST INVESTIMENTOS E GESTÃO DE IMÓVEIS, SA

921 - Presente requerimento n.º 981/13, datado de 2013/07/01, constante do processo camarário n.º 61/13, subscrito por PLASDANGEST INVESTIMENTOS E GESTÃO DE IMÓVEIS, SA, com o NIPC 503667463, com sede na Rua 42, n.º 28, lugar de Trutas, freguesia de Marinha Grande, inerente ao pedido de licenciamento da obra de “*alteração de cobertura de edificação existente com alteração de uso*”, incidente sobre um prédio sito nas Rua dos Oleiros e Rua 42, lugar de Trutas, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19.812, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19717-P.

Presente deliberação camarária datada de 2013/08/14, pela qual foi concedido ao requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre o motivo subjacente à proposta de indeferimento da pretensão.

Presente parecer técnico datado de 2013/10/21, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido ao requerente, sem que tenha apresentado quaisquer alegações relativas à referida proposta de indeferimento.

Analisada a pretensão, bem como o referido parecer técnico que propõe o indeferimento do pedido, a Câmara Municipal concordando com os fundamentos de facto e de direito dele constantes, delibera indeferir o pedido de licenciamento referente à obra de “*alteração de cobertura de edificação existente com alteração de uso*”, incidente sobre

um prédio sito nas Rua dos Oleiros e Rua 42, lugar de Trutas, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19812, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19717-P, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por PLASDANGEST INVESTIMENTOS E GESTÃO DE IMÓVEIS, SA, com o NIPC 503667463, com sede na Rua 42, n.º 28, lugar de Trutas, freguesia de Marinha Grande, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, por a obra ser *“(...) suscetível de manifestamente afectar...a estética das povoações, a sua adequada inserção no ambiente urbano ou a beleza das paisagens(...)”*, designadamente pelo facto da edificação a alterar/ampliar, não garantir os alinhamentos previstos para os arruamentos confinantes.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - REQ. N.º 1269/13 – PC N.º 186/12 – HERNÂNI DOMINGUES DE SOUSA CARDOSO

922 - Presente requerimento n.º 1269/13, datado de 2013/08/14, constante do processo camarário n.º 186/12, subscrito por Hernâni Domingues de Sousa Cardoso, com o NIF 224436830, residente na Rua da Esperança, n.º 12 – 1.º Dt.º, lugar de Casal Galego, freguesia de Marinha Grande, inerente ao pedido de licenciamento da obra de “Construção de Moradia Unifamiliar, Anexo e Muros de Vedação”, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua da Paz, lugar de Garcia, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19.644, e inscrito na respetiva Matriz sob o artigo n.º 11.278.

Presente deliberação camarária datada de 2013/09/16, pela qual foi concedido ao requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre o motivo subjacente à proposta de indeferimento da pretensão.

O requerente foi formalmente notificado do projeto de indeferimento através do ofício nº 920/13, datado de 19/09/2013, rececionado em 23/09/2013, sendo que o prazo de 15 dias concedido para que se pronunciasse sobre os motivos patentes na proposta de indeferimento caducou em 11/10/2013.

Presente parecer técnico datado de 2013/10/23, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido ao requerente, sem que tenha apresentado, até à data, quaisquer alegações relativas à referida proposta de indeferimento.

Analisada a pretensão, bem como o referido parecer técnico que propõe o indeferimento do pedido, a Câmara Municipal concordando com os fundamentos de facto e de direito dele constantes, delibera indeferir o pedido de licenciamento referente à obra de “Construção de Moradia Unifamiliar, Anexo e Muros de Vedação”, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua da Paz, lugar de Garcia, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19.644, e

inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 11.278, da referida freguesia de Marinha Grande apresentado por Hernâni Domingues de Sousa Cardoso, com o NIF 224436830, residente na Rua da Esperança, n.º 12 – 1.º Dt.º, lugar de Casal Galego, freguesia de Marinha Grande, fundamentado na alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente o n.º 10 do art. 5.º do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande em vigor, dado a área total de construção proposta para a edificação (424,25m²) exceder a área máxima permitida para o prédio em causa (237,25m²).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - REQ. N.º 430/13 – PC N.º 139/11 – CARLOS ALBERTO CARVALHO COELHO

923 - Presente requerimento n.º 430/13, datado de 2013/03/21, constante do processo camarário n.º 139/11, subscrito por Carlos Alberto Carvalho Coelho, com o NIF 174694180, com residência habitual na Rua João Machado, n.º 100, edifício Coimbra - 6.º andar, sala 605, freguesia de Santa Cruz, concelho de Coimbra, inerente ao pedido de licenciamento da obra de “Construção de Edifício de Habitação”, incluindo a demolição de edificação existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Avenida 1.º de Maio, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8182 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 444.

Presente deliberação camarária datada de 2013/09/16, pela qual foi concedido ao requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias úteis para se pronunciar sobre o motivo subjacente à proposta de indeferimento da pretensão.

O requerente foi formalmente notificado do projeto de indeferimento através do ofício nº 894/13, datado de 11/09/2013, rececionado em 13/09/2013, sendo que o prazo de 15 dias úteis concedido para que se pronunciasse sobre os motivos patentes na proposta de indeferimento caducou em 04/10/2013.

Presente parecer técnico datado de 2013/10/23, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido ao requerente, sem que tenha apresentado, até à data, quaisquer alegações relativas à referida proposta de indeferimento.

Analizada a pretensão, bem como o referido parecer técnico que propõe o indeferimento do pedido, a Câmara Municipal concordando com os fundamentos de facto e de direito dele constante, delibera indeferir o pedido de licenciamento referente à obra de “*Construção de Edifício de Habitação*”, incidente sobre um prédio urbano sito na Avenida 1.º de Maio, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8.182 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 444 da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por Carlos Alberto Carvalho Coelho, com o NIF 174694180, com domicílio habitual na Rua João Machado,

n.º 100, edifício Coimbra - 6.º andar, sala 605, freguesia de Santa Cruz, concelho de Coimbra, fundamentado na alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente os indicadores e parâmetros urbanísticos definidos no n.º 8 do art. 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande em vigor, nomeadamente quanto ao Índice de Construção Bruto proposto de 1,17, o qual excede o Índice de Construção Bruto permitido de 1, dado a área de construção proposta (390,3m²), exceder a área máxima de construção permitida para a parcela (333m²) e quanto à Densidade Habitacional (90,09 Fogos/ha) exceder a Densidade Habitacional Máxima permitida (60 Fogos/ha).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - REQ. N.º 881/13 – PC N.º 125/13 – MIGUEL NORALDO PARREIRA DINIS

924 - Presente requerimento n.º 881/13, datado de 2013/06/12, constante do processo camarário n.º 125/13, subscrito por Miguel Noraldo Parreira Dinis, com o NIF 134713826, com residência na Travessa do Mirante, n.º 5, lugar de Outeiros, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inerente ao pedido de licenciamento da obra de “*CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO MISTO DE HABITAÇÃO E COMÉRCIO, MURO E DEMOLIÇÃO TOTAL*”, incidente sobre um prédio sito na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 12, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7.558, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5553-P da referida freguesia de Vieira de Leiria.

Presente deliberação camarária datada de 2013/07/11, pela qual foi concedido ao requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre o motivo subjacente à proposta de indeferimento da pretensão.

Presente parecer técnico datado de 2013/10/28, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido ao requerente, sem que este tenha apresentado, até à data, quaisquer alegações relativas à referida proposta de indeferimento.

Analisada a pretensão, bem como o referido parecer técnico que propõe o indeferimento do pedido, a Câmara Municipal, concordando com os fundamentos de facto e de direito dele constante, delibera indeferir o pedido de licenciamento referente à obra de “*CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO MISTO DE HABITAÇÃO E COMÉRCIO, MURO E DEMOLIÇÃO TOTAL*”, incidente sobre um prédio sito na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 12, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7.558, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5553-P, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por Miguel Noraldo Parreira Dinis, com o NIF 134713826, com residência na Travessa do Mirante, n.º 5, lugar de Outeiros, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, nos

termos do disposto na alínea a) do n.º 1 e n.º 5 do art. 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, por:

a) Violar normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente:

- O índice de construção bruto constante dos parâmetros urbanísticos definidos no n.º 9 do art. 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande em vigor;

- O n.º 1 e alínea b) do n.º 2 do art. 42.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, ao propor estacionamento no interior do prédio, que obrigam a recorrer a um conjunto de manobras para sair desses lugares, não garantindo ainda a largura mínima de 5,50m de faixa de circulação exigida para os dois sentidos propostos;

- A alegada alegada *“serventia/travessa existente a tardoz”*, para além de não se considerar via pública, esta não garante a dimensão mínima exigida de 7m de largura útil, prevista no n.º 4 do art. 4.º da Portaria n.º 1532/2008, de 29/12 do Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndio em Edifícios (SCIE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12/11.

b) A obra projetada constituir uma sobrecarga incompatível para as infraestruturas existentes, ao propor acesso automóvel ao interior do prédio, por uma alegada *“serventia/travessa existente a tardoz”*, com uma dimensão reduzida, não permitindo garantir a normal circulação de veículos, interferindo as manobras de entrada e saída de veículos, com a normal circulação junto da Rua Joaquim Tomé Feteira.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - REQ. N.º 204/13 – PC N.º 220/07 – CARLOS ALBERTO DA CRUZ LEAL

925 - Presente requerimento n.º 204/13, datado de 2013/02/11, constante do processo camarário n.º 220/07, subscrito por Carlos Alberto da Cruz Leal, com o NIF 105 254 096, residente em Rua dos Pinheiros, n.º 2, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, a solicitar licenciamento da *“LEGALIZAÇÃO DA ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UMA MORADIA”*, incidente sobre um prédio sito em Rua Litoral Oeste, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6.285 e inscrito na matriz urbana sob o artigo n.º 5.355.

Presente deliberação camarária datada de 2013/02/21, pela qual foi concedido ao requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre o motivo subjacente à proposta de indeferimento da pretensão.

Presente parecer técnico datado de 2013/10/28, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido ao requerente, sem que tenha apresentado, até à data, quaisquer alegações relativas à referida proposta de indeferimento.

Analisada a pretensão, bem como o referido parecer técnico que propõe o indeferimento do pedido, a Câmara Municipal, concordando com os fundamentos de facto e de direito

dela constantes, delibera indeferir o pedido de licenciamento referente à ***“LEGALIZAÇÃO DA ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UMA MORADIA”***, incidente sobre um prédio sito em Rua Litoral Oeste, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6.285 e inscrito na matriz urbana sob o artigo n.º 5.355, apresentado por Carlos Alberto da Cruz Leal, com o NIF 105254096, residente em Rua dos Pinheiros, n.º 2, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, nos termos do disposto na alínea *a)* do n.º 1 do art. 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente o n.º 9 do art. 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande em vigor, ao não garantir o cumprimento do Índice de Construção Bruto aplicável, dado a área total de construção da edificação (área licenciada acrescida da área a legalizar: 261,55m²) exceder a área máxima permitida para o prédio em causa (área máxima permitida: 192m²).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - REQ. N.º 944/13 – PC N.º 121/13 – ACÁCIO SOUSA FILIPE

926 - Presente processo de licenciamento, em nome de Acácio de Sousa Filipe, NIF 169888924, residente na Rua da Fonte Velha n.º 25 – 1.º E., lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, para o licenciamento de uma obra de construção de muro de vedação, a levar a efeito no prédio com a área de 9.480,96 m², registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 982, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 4058, sito no lugar do Pero Neto, na freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente deliberação camarária de 14/08/2013, que concedeu o prazo de 15 dias para o interessado se pronunciar, em fase de audiência prévia, sobre o projeto de indeferimento do pedido.

Presente informação técnica datada de 2013/10/28 que atesta não terem sido apresentadas quaisquer alegações, em sede de audiência prévia, pelo requerente.

Decorrido o prazo concedido para audiência prévia sem que o interessado tivesse apresentado quaisquer alegações, a **Câmara Municipal delibera:**

Indeferir o pedido de licenciamento, em nome de Acácio de Sousa Filipe, NIF 169888924, residente na Rua da Fonte Velha n.º 25 – 1.º E., lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, para a construção de muro de vedação a levar a efeito no prédio com a área de 9.480,96 m², registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 982, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 4058, sito no lugar do Pero Neto, na freguesia e concelho da Marinha Grande, nos termos do disposto na alínea *a)* do n.º 1 do artigo 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de

setembro, por violar normas legais aplicáveis, por o prédio se situar em área da Reserva Ecológica Nacional – REN, e a construção proposta não assegurar a adequação ao Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional - Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, com a redação dada pelo decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, e não assegurar os requisitos de viabilização dos usos constantes na alínea h) do item I do anexo I da Portaria n.º 1356/2008, de 28 de novembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS APRESENTADO POR ILÍDIO PEREIRA DA COSTA CANAS – PC N.º 253/10 – PROJETO DE INDEFERIMENTO – DELIBERAÇÃO FINAL

927 - Presente requerimento apresentado por Ilídio Pereira da Costa Canas, com o registo de entrada n.º 1234/13, de 08-08-2013, respeitante ao processo de legalização da ampliação da sua moradia, sita na rua Fonte dos Ingleses, n.º 14, Engenho, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a isenção das taxas municipais devidas pela realização de vistoria à referida moradia.

Presente deliberação camarária de 06-09-2013, que concedeu o prazo de 10 dias para o interessado se pronunciar, em sede de audiência prévia, sobre o projeto de indeferimento do seu pedido.

Decorrido o prazo concedido para audiência prévia, sem que o interessado tivesse apresentado quaisquer alegações e considerando que:

- O requerente é titular do processo n.º 253/10, respeitante à legalização da ampliação da sua moradia sita na rua Fonte dos Ingleses, n.º 14, Engenho, freguesia e concelho da Marinha Grande;

- Na sequência de vistoria à dita moradia foi, por despacho de 30-05-2013 do Presidente da Câmara, indeferido o pedido para emissão da autorização de utilização, por a comissão de vistoria ter verificado que não tinham sido instalados, em cumprimento do Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2006, de 04 de abril, os coletores solares previstos no projeto aprovado;

- Na sequência desse indeferimento o titular do referido processo de licenciamento veio solicitar, através dos requerimentos n.º 1235/13 e 1234/13, ambos datados de 08-08-2013, nova autorização de utilização, bem como a isenção das taxas devidas pela realização de nova vistoria.

- O titular do processo em causa fundamenta o seu pedido de isenção de taxas no facto de a Câmara Municipal não lhe ter respondido a um pedido - entregue aquando do primeiro requerimento para emissão da autorização de utilização - para dispensa da apresentação do certificado energético, uma vez que não possuía meios financeiros para instalar os painéis solares;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

- Por ele foi ainda referido que entendeu o silêncio da Câmara Municipal como deferimento da sua pretensão, motivo pelo qual não colocou os ditos painéis, situação que originou o indeferimento do primeiro pedido de autorização de utilização;

A Câmara Municipal, delibera indeferir o pedido apresentado por Ilídio Pereira da Costa Canas, residente na Rua Fonte dos Ingleses, n.º 14, Engenho, freguesia e concelho da Marinha Grande, através do requerimento com o registo de entrada n.º 1234/13, de 08-08-2013, para isenção do pagamento das taxas municipais devidas pela vistoria a realizar, nos termos do n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, à moradia sita no mesmo endereço, por o mesmo não se enquadrar em nenhuma das situações previstas no artigo 119.º do mesmo Regulamento e que as razões, por ele apresentadas, não relevam para efeitos de isenção de pagamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - REQ. N.º 1212/13 – PC N.º 116/11 – CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

928 - Presente pedido apresentado por CTT - Correios de Portugal, S.A., com NIPC 500077568, com sede na Rua de São José, n.º 20, freguesia de São José, Lisboa, e PT Comunicações, S.A., com NIPC 504615947, com sede na Rua Andrade Corvo, n.º 6, freguesia de São Jorge de Arroios, Lisboa, para a certificação de que o edifício sito Av. Vitor Gallo, s/nº, freguesia e concelho de Marinha Grande, erigido no prédio com 1.072,50 m², descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8.611 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7.861, da referida freguesia de Marinha Grande, com processos de licenciamento municipal n.º 1739/1982, aprovado em 22/08/1984 e em 04/16/1986, n.º 49/1989, aprovado em 01/03/1989, n.º 836/1991, aprovado em 17/08/1991, com alvará de licença de construção n.º 1029, e n.º 259/1994, aprovado em 18/08/1994 e 09/02/1995, relativos à construção, ampliação e alteração de edifício destinado a comércio e/ou serviços e habitação, reúne os requisitos para submissão ao regime de propriedade horizontal com três frações - A, B e C - destinadas a comércio e serviço, a habitação e a indústria, respetivamente.

Presente auto de vistoria datado de 10/10/2013 que atesta não se encontrarem reunidos todos os requisitos legalmente exigidos para a certificação do edifício ao em regime de propriedade horizontal.

Depois de analisar o pedido, bem como o auto de vistoria que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

Notificar os requerentes, CTT - Correios de Portugal, S.A., com NIPC 500077568, com sede na Rua de São José, n.º 20, freguesia de São José, Lisboa, e PT Comunicações, S.A., com NIPC 504615947, com sede na Rua Andrade Corvo, n.º 6, freguesia de São Jorge de Arroios, Lisboa, em sede de audiência prévia, nos termos do disposto nos artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), concedendo-lhe 15

dias, antes de ser tomada a decisão final, para que estes refiram, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a proposta de indeferimento do pedido de emissão de certidão de propriedade horizontal para o edifício sito Av. Vitor Gallo, s/nº, freguesia e concelho de Marinha Grande, erigido no prédio com 1.072,50 m², descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o nº 8.611 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 7.861, da referida freguesia de Marinha Grande, com processos de licenciamento municipal nº 1739/1982, aprovado em 22/08/1984 e em 04/16/1986, nº 49/1989, aprovado em 01/03/1989, nº 836/1991, aprovado em 17/08/1991, com alvará de licença de construção nº 1029, e nº 259/1994, aprovado em 18/08/1994 e 09/02/1995, relativos à construção, ampliação e alteração de edifício destinado a habitação, comércio e/ou serviços, por não se encontrarem reunidos os requisitos legalmente exigidos para a certificação do edifício ao em regime de propriedade horizontal, nos termos do nº 3 do artigo 1418º do Código Civil, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 267/94, de 25/10 (Regime Jurídico da Propriedade Horizontal), designadamente por a finalidade descrita no pedido para a fração C (indústria) não se conformar com a finalidade prevista no projeto aprovado (comércio e/ou serviços), assim como, as áreas de cada fração e consequente valor relativo das mesmas não se conformar com o último projeto aprovado, em resultado da alteração introduzida na obra com a supressão da caixa de escada individual para a habitação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - REQ. Nº 1661/13 – PC Nº 262/12 – GUIDA & GUARDADO, LDA.

929 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1661/13 de 15/10/2013, Guida & Guardado, Lda., com o NIPC 503812129, com sede em Avenida Vitor Gallo, nº 51, R/C, DT, Freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo nº 262/12, e titulada pelo alvará de licença de obras de legalização nº 77/13, emitido em 17/07/2013.

Presente parecer técnico dos serviços datado 18/10/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no nº 6 do art.º 56.º Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Avenida Vitor Gallo, nº 51, R/C, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Guida & Guardado, Lda, com o NIPC 503812129, com sede Avenida Vitor Gallo, nº 51, R/C, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) **Membros suplentes**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - REQ. N.º 1547/13 – PC N.º 1101/99 – FERNANDO GAMEIRO

930 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1547/13 de 26/09/2013, apresentado por Fernando Gameiro, com o NIF 123 941 733, residente em Rua Faria da Gama, n.º 3, lugar de Barrocas, freguesia e concelho de Pombal, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 1101/99, e titulada pelos alvarás de construção n.º 579/02, emitido em 19/07/2002, n.º 10/09, emitido em 16/01/2009 e alvará de obras de legalização n.º 112/13, emitido em 25/09/2013.

Presente parecer técnico dos serviços datado 24/10/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6 do art.º 57.º Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Estrada da Garcia, lugar de Cartaxo, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Fernando Gameiro, com o NIF 123 941 733, residente em Rua Faria da Gama, n.º 3, lugar de Barrocas, freguesia e concelho de Pombal, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Carlos Duarte
- 2) **Membros suplentes**

**Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Tomé Braz**

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

37 - REQ. N.º 1398/13 – PC N.º 183/10 – PAULO ALEXANDRE GOMES DA ENCARNÇÃO

931 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1398/13 de 05/09/2013, apresentado por Paulo Alexandre Gomes da Encarnção, com o NIF 225 540 404, residente em Rua das Figueiras, n.º 143, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar o adiamento da vistoria anteriormente determinado na sequência do pedido de autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 183/10, e titulada alvará de licença de legalização n.º 78/11, emitido em 07/10/2011 e pelos alvarás de obras de alteração n.º 115/11, emitido em 29/11/2011 e n.º 35/13, emitido em 12/04/2013.

Presente parecer técnico dos serviços datado 16/08/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6 do art.º 57.º Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua das Figueiras, n.º 143, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Paulo Alexandre Gomes da Encarnção, com o NIF 225 540 404, residente em Rua das Figueiras, n.º 143, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Carlos Duarte
- 2) Membros suplentes**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Tomé Braz

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

38 - REQ. N.º 1694/13 – PC N.º 439/07 – MARIA CARVALHEIRO GREGÓRIO

932 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1694/13, datado de 21/10/2013, apresentado por Maria Carvalho Gregório, com o NIF 119 159 856, residente em Rua da Bica, n.º 1265, lugar de Picheleiro, freguesia de Barosa concelho de Leiria, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 183/10, e titulada alvará de licença de construção n.º 218/08, emitido em 14/11/2008, em nome de Nuno Miguel Freitas Marques, e válido até 14/12/2008.

Presente parecer técnico dos serviços datado 24/10/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no na alínea b) do n.º 2 do art.º 64.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro, em virtude de não ter sido entregue livro de obra com o mencionado pedido.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Avenida Vitor Gallo, n.º 154, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Maria Carvalho Gregório, com o NIF 119159856, residente em Rua da Bica, n.º 1265, lugar de Picheleiro, freguesia de Barrosa e concelho de Leiria, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) Membros suplentes**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

39 - REQ. N.º 1130/13 – PC N.º 229/13 – RODRIGAPE – CONSTRUÇÕES, LDA.

933 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1130/13 de 22/07/2013, apresentado por Rorigape – Construções, Lda, com o NIPC 506 178 579, com sede em Avenida Vitor Gallo, n.º 83-C, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a alteração de utilização para o uso de armazém para indústria, incidente sobre o edifício sito na fração “E” do Lote 11 da Rua da Zona Industrial, freguesia de Moita, com alvará de utilização n.º 179/003, emitido em 16/06/20013 para armazém.

Presente parecer técnico dos serviços datado 09/09/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 64.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro, em virtude de existirem indícios de que a fração objeto da pretensão poderá não ser idónea para a utilização requerida.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua da Zona Industrial, Lote 11, Fração “E”, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, propriedade Rodrigape – Construções, Lda, com o NIPC 506 178 579, com sede Avenida Vitor Gallo, n.º 83-C, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) Membros suplentes**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

40 - REQ. N.º 1131/13 – PC N.º 230/13 – RODRIGAPE – CONSTRUÇÕES, LDA.

934 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1131/13 de 22/07/2013, apresentado por Rorigape – Construções, Lda, com o NIPC 506 178 579, com sede em Avenida Vitor Gallo, n.º 83-C, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a alteração de utilização para o uso de armazém para indústria, incidente sobre o edifício sito na fração “D” do Lote 11 da Rua da Zona Industrial, freguesia de Moita, com alvará de utilização n.º 179/003, emitido em 16/06/20013 para armazém.

Presente parecer técnico dos serviços datado 15/10/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 64.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro, em virtude de existirem indícios de que a fração objeto da pretensão poderá não ser idónea para a utilização requerida.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua da Zona Industrial, Lote 11, Fração “D”, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, propriedade Rodrigape – Construções, Lda, com o NIPC 506 178 579, com sede Avenida Vitor Gallo, n.º 83-C, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) Membros suplentes**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

41 - REQ. N.º 1505/13 – PC N.º 918/13 – ILDA SANTOS CRUZ.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

935 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1505/13, datado de 20/09/2013, apresentado por Ilda Santos Cruz, com o NIF 119 901 277, residente em Estrada da Praia, n.º 10, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 918/03, e objeto de emissão de alvará de obras de legalização n.º 104/13, de 09/09/2013.

Presente parecer técnico dos serviços datado 24/10/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6 do art.º 57.º Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Estrada da Praia, n.º 10, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de Ilda Santos Cruz, com o NIF 119 901 277, residente em Estrada da Praia, n.º 10, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Carlos Duarte
- 2) Membros suplentes**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Tomé Braz

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

42 - REQ. N.º 1542/13 – PC N.º 429/13 – JOAQUIM MANUEL PEREIRA FERNANDES

936 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1542/13, datado de 25/09/2013, apresentado por Joaquim Manuel Pereira Fernandes, com o NIF 123 766 370, residente em Avenida Vitor Gallo, n.º 125, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 918/03, e objeto de emissão de alvará de obras de legalização n.º 104/13, de 09/09/2013.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Presente parecer técnico dos serviços datado 18/10/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6 do art.º 57.º Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Avenida Vitor Gallo, n.º 125, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Joaquim Manuel Pereira Fernandes, com o NIF 123 766 370, residente em Avenida Vitor Gallo, n.º 125, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) Membros suplentes**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

43 - REQ. N.º 1592/13 – PC N.º 806/01 – NUNO FILIPE PINTO FERNANDES

937 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1593/13, datado de 04/10/2013, apresentado por Nuno Filipe Pinto Fernandes, com o NIF 219 375 305, residente em Rua das Laranjeiras à Garcia, n.º 5 A, lugar de Sítias, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 806/01, e objeto de emissão de alvará de obras de legalização n.º 71/13, de 01/07/2013.

Presente parecer técnico dos serviços datado 24/10/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6 do art.º 57.º Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua das Laranjeiras à Garcia, Lugar de Sítias, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Nuno Filipe Pinto Fernandes, com o NIF 219 375 305, residente em Rua das Laranjeiras à Garcia, n.º 5 A, Lugar de Sítias, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Carlos Duarte
- 2) **Membros suplentes**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Tomé Braz

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

44 - REQ. N.º 1668/13 – PC N.º 360/12 – MARIA ELISA DE JESUS FERREIRA MARQUES - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA

938 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1668/13, datado de 16/10/2013, em nome de MARIA ELISA DE JESUS FERREIRA MARQUES - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA, denominação da herança indivisa com o NIF e 706033094, apresentada pelo cabeça de casal da referida herança, Jorge Miguel Ferreira Marques, com o NIF 186262671, Rua Vale do Rei, n.º 15, freguesia de Amor, concelho de Leiria, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 318 de 1976, e titulada alvará de licença de construção n.º 835, emitido em 13/08/1976.

Presente parecer técnico dos serviços datado 22/10/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no na alínea a) do n.º 2 do art.º 64.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro, dado o pedido não se encontrar instruído com termo de responsabilidade de diretor técnico.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE –

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Canto José Neto, n.º 13, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade da herança indivisa de Maria Elisa de Jesus Ferreira Marques, com o NIF 706033094, representada pelo cabeça de casal, Jorge Miguel Ferreira Marques, com o NIF 186262671, residente em Rua Vale do Rei, n.º 15, freguesia de Amor e concelho de Leiria, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) Membros suplentes**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

45 - REQ. N.º 1646/13 – PC N.º 214/12 – ARTUR JORGE DOMINGUES DA SILVA - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA

939 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1668/13, datado de 16/10/2013, em nome de ARTUR JORGE DOMINGUES DA SILVA - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA, denominação da herança indivisa com o NIF 707213860, apresentada pelo cabeça de casal da referida herança, Madalena Dias Ferreira Leonor da Silva, com o NIF 205402712, residente na Rua 30 (Álvaro Ferreira da Silva), n.º 40, Letra P, lugar de Casal Galego freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 214/12, e objeto de emissão de alvará de obras de legalização n.º 9/13, de 12/03/2013.

Presente parecer técnico dos serviços datado 24/10/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6 do art.º 57.º Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua da Índia, n.º 49, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade da herança indivisa de Artur Jorge Domingues da Silva, com o NIF 707213860, representada pelo cabeça de casal, Madalena Dias Ferreira Leonor da Silva, com o NIF 205402712, residente na Rua 30 (Álvaro Ferreira da Silva), n.º 40, Letra P, lugar de Casal Galego freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) **Membros suplentes**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

46 - REQ. N.º 1686/13 – PC N.º 203/13 – DARCI DA SILVA HENRIQUE

940 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1686/13, datado de 18/10/2013, apresentado por Darci da Silva Henrique, com o NIF 142 147 699, residente em Rua 1.º de Dezembro, n.º 1, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 203/03, e objeto de emissão de alvará de obras de legalização n.º 111/13, de 27/09/2013.

Presente parecer técnico dos serviços datado 24/10/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6 do art.º 57.º Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Estrada da Nazaré, n.º 29, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, propriedade de Darci da Silva Henrique, com o

NIF 142 147 699, residente em Rua 1.ª de Dezembro, n.º 1, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Carlos Duarte
- 2) Membros suplentes**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Tomé Braz

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

47 - REQ. N.º 1421/13 – PC N.º 570/96 – JOSE ALEXANDRE BELEZA FERNANDES

941 - Presente processo de licenciamento relativo a uma operação urbanística de construção de uma moradia com obras de urbanização, a que foi atribuído o n.º de processo 570/96, incidente sobre um prédio sito na Travessa das Madressilvas, lugar de Escoura, freguesia de Marinha Grande, titulado por Sandra Duarte, com o NIF 231 620 659, com residência na Travessa das Madressilvas, n.º 7, Escoura, 2430 – 131 Marinha Grande. Presente relatório e auto de vistoria, onde é proposta a receção provisória das obras de urbanização referentes ao passeio executado e a receção definitiva das obras de urbanização referentes à faixa de rodagem, de acordo com o teor da deliberação de câmara tomada em reunião de 11 de julho de 2013, elaborados na sequência da resposta ao requerimento n.º 1421/13, de 10/09/2013, que solicitava a realização de vistoria com vista à receção das obras de urbanização.

A Câmara Municipal analisou o relatório e o auto de vistoria, datados de 3 de outubro de 2013 e:

1. Considerando que, no que respeita ao passeio, os trabalhos em falta foram executados de acordo com a deliberação de câmara tomada em reunião ordinária de 11 de julho de 2013, ou seja, foi executado passeio de 1,50 metros de largura livre, entende-se ser possível proceder à receção provisória da componente de passeio;
2. Considerando que, no que respeita à faixa de rodagem, a deliberação de câmara tomada em 11 de julho de 2013, que deliberou considerar que *“o investimento já efetuado pela Junta de Freguesia da Marinha Grande, bem como os materiais utilizados na pavimentação do arruamento em questão, constituem, face aos motivos já apontados e nas circunstâncias atuais a solução que melhor serve o interesse público,”* na presente data, importa

considerar que os trabalhos em causa se encontram já recebidos provisoriamente, desde a realização da vistoria de 08/07/2007, razão pela qual se considera possível proceder, agora, à sua receção definitiva;

A Câmara Municipal, no que respeita à receção das obras de urbanização realizadas no âmbito do processo de construção de uma moradia com obras de urbanização, a que foi atribuído o numero de processo 570/96, incidente sobre um prédio sito na Travessa das Madressilvas, lugar de Escoura, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4.175 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16.671, titulado por Sandra Duarte, Travessa das Madressilvas, n.º 7, lugar de Escoura, freguesia de Marinha Grande, delibera, ao abrigo do n.º 4 do artigo 54.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, receber provisoriamente as obras de urbanização correspondentes à componente de passeio realizado na sequência da deliberação de câmara tomada em 11 de julho de 2013 e receber definitivamente provisoriamente as obras de urbanização correspondentes à componente de faixa de rodagem, na sequência da deliberação de câmara tomada em 11 de julho de 2013.

Delibera, igualmente, notificar a atual titular do processo, Sandra Duarte, para prestar caução através de depósito em dinheiro, no montante de 104,90 € (cento e quatro euros e noventa cêntimos) que correspondem a 10% do valor do orçamento aprovado em reunião de câmara para as obras que se encontravam em falta – execução de passeio - e que agora se recebem provisoriamente, caução essa que se manterá válida até à receção definitiva das infraestruturas, no que respeita à componente de passeio, nos termos do disposto no n.º 5 do mencionado art.º 54.º.

Mais delibera que, na sequência da receção definitiva da faixa de rodagem, se proceda à libertação da totalidade do valor da garantia bancária – n.º 279 574, montante de 735.300\$00, Banco Espírito Santo – prestada por José Alexandre Beleza Fernandes com vista a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

48 - REQ. N.º 1476/13 – PC N.º 38/2013 – LUIS FILIPE FERREIRA LOPES CORTES

942 - Presente requerimento registado sob o n.º 1476/13, datado de 16/09/2013, em nome de Luís Filipe Ferreira Lopes Cortes, com o NIF 211388165, residente na Rua da Índia, n.º 39, lugar de Ordem, freguesia de Marinha Grande, titular do prédio sito na Travessa da Rua da Índia, n.º 1, lugar de Ordem, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3427 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 6501, da freguesia e concelho da Marinha Grande, solicitando o alargamento em seis meses do prazo concedido pela Câmara Municipal da Marinha Grande, em reunião de 14 de agosto de 2013 para a execução de trabalhos a realizar no referido prédio, no sentido de sanar as patologias detetadas na sequência da vistoria realizada em 04/04/2013;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Presente processo relativo a verificação de condições de salubridade referente ao prédio mencionado, instruído no âmbito do artigo 90º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, a que se reporta a deliberação de câmara de 14 de agosto de 2013; Presente informação técnica datada de 25/10/2013 que atesta ser adequado o prazo solicitado pelo requerente para providenciar os procedimentos considerados como necessários à prossecução dos trabalhos definidos na deliberação tomada na reunião de Câmara de 14/08/2013.

A Câmara Municipal delibera:

Deferir o pedido de alargamento para seis meses do prazo concedido por deliberação tomada em reunião de Câmara datada de 14 de agosto de 2013 ao requerente, Luís Filipe Ferreira Lopes Cortes, com o NIF 211388165, residente na Rua da Índia, n.º 39, lugar de Ordem, freguesia de Marinha Grande, para a execução de trabalhos necessários a sanar as patologias detetadas na sequência da vistoria realizada em 04/04/2013, a realizar no prédio de que é titular sito na Travessa da Rua da Índia, n.º 1, lugar de Ordem, Freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3427 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 6501, da freguesia e concelho da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

49 - REQ. N.º 927/02 – PC N.º 1407/98 – CONSTRUÇÕES AL&M, LDA.

943 - Presente processo de licenciamento relativo a uma operação de loteamento urbano, a que foi atribuído o n.º de processo 1407/98, incidente sobre um prédio sito em Vergieiras, freguesia de Marinha Grande, apresentado por Construções AL&M, Lda., com o NIPC 501 922 792, com sede em Pocejal, freguesia de Vermoil, concelho de Pombal, ao qual foi atribuído o Alvará de Loteamento n.º 06/99, emitido em 29 de julho de 1999.

Presente projeto de especialidade – arranjos exteriores – aprovado por deliberação tomada em reunião de câmara de 08 de julho de 1999.

Presente informação técnica, datada de 20/06/2013, sobre a componente de espaços verdes, que analisa a tramitação do processo, o limite do prazo concedido ao requerente para realizar as obras de urbanização em causa e o estado das mesmas, no que aos espaços verdes concerne.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 20/06/2013, que propõe a declaração de caducidade do Alvará de Loteamento n.º 06/99, de 29 de julho, emitido para a execução das obras de urbanização aprovadas, e:

1. Considerando que o interessado, Construções AL & M, Lda., foi notificado da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento de uma operação urbanística de loteamento com obras de urbanização a realizar em Vergieiras, freguesia de Marinha

Grande, tomada em reunião camarária de 12 de março de 1999, através do ofício n.º 1206, de 30 de abril de 1999, rececionado em 03 de maio de 1999;

2. Considerando que o prazo inicialmente conferido foi prorrogado, a pedido do interessado, por mais dez anos, por despacho do Presidente da Câmara datado de 06 de agosto de 2001, nos termos do n.º 2 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro – RJUE;

3. Considerando que o decurso desse prazo sem que tenham sido executadas as obras relativas à componente de arranjos exteriores tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – alínea d), nº 3 do artigo 71.º do RJUE;

4. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

5. Considerando que a requerente foi devidamente informada da intenção de declarar a caducidade do Alvará, em reunião realizada nos serviços da DOT – Divisão de Ordenamento do Território, em 23/ 09/ 2013.

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 1407/98, titulado por Construções AL & M, Lda., para construção de um loteamento urbano com obras de urbanização sito em Vergieiras, freguesia de Marinha Grande, delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente, Construções AL&M, Lda., com o NIPC 501 922 792, com sede em Pocejal, freguesia de Vermoil, concelho de Pombal para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de declaração de caducidade da referida licença.

Mais delibera submeter à DJC, para análise jurídica do enquadramento legal para imputação das responsabilidades pela não execução do que foi licenciado (espaços verdes).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

50 - REQ. N.º 2375/11 – PC N.º 2375/11 – SANTOS BAROSA – VIDROS, S.A.

944 - Presente processo de licenciamento relativo à obra de construção de armazéns de produto acabado, a que foi atribuído o número de processo 67/10, incidente sobre um prédio sito na Rua do Corgo Norte, lugar de Comeira, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial sob os n.ºs 6.801, 4.025, 16.560, 15.292, 407, 6.278, 16.561, 16.510, 7.555 e 6.040, e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.ºs 12.876, 14.886, 4.539, 17.851 e 9.780, e na matriz predial rústica sob os artigos n.ºs 2.580,

2.579, 2.581, 2.583, 2.582 e 10.054, respetivamente, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado pela sociedade Santos Barosa – Vidros, S.A., com o NIPC 500241104, com sede em Rua Santos Barosa, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 2013/07/01, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2013/07/01, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1. Considerando que o interessado tinha, nos termos do n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, adiante RJUE, um ano para solicitar a emissão do alvará para realização da operação urbanística licenciada, ou seja, até 2012/01/06;

2. Considerando que antes de terminado o prazo referido no antecedente n.º 1, a requerente solicitou, ao abrigo do n.º 2 do art. 76.º do RJUE, a prorrogação do prazo para emissão do alvará;

3. Considerando que a interessada tomou conhecimento do deferimento do pedido referido no número anterior em 2011/12/14;

4. Considerando que o prazo de prorrogação terminou a 2013/01/05;

5. Considerando que esse prazo é insuscetível de prorrogação;

6. Considerando que o decurso desses prazos, sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do art. 71.º do RJUE;

7. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

8. Considerando que a requerente foi devidamente informada da intenção de declarar a caducidade da licença, em reunião realizada nos serviços da Divisão de Ordenamento do Território em 2013/07/01;

Delibera, ao abrigo do n.º 2 do art. 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, e artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar a requerente, Santos Barosa – Vidros, S.A., com o NIPC 500241104, com sede em Rua Santos Barosa, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 67/10, para a construção de armazéns de produto acabado, a levar a efeito num prédio sito na Rua do Corgo Norte, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial sob os n.ºs 6.801, 4.025, 16.560, 15.292, 407, 6.278, 16.561, 16.510, 7.555 e 6.040, e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.ºs 12.876, 14.886, 4.539, 17.851 e 9.780, e na matriz predial rústica sob os artigos n.ºs 2.580, 2.579, 2.581, 2.583, 2.582 e 10.054, respetivamente.

Mais delibera convidar a Administração da empresa, se possível, a comparecer na Câmara Municipal da Marinha Grande, para análise desta intenção.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

51 - REQ. N.º 993/10 – PC N.º 347/04 – MARIA JESUS DOMINGUES FRANCISCO FERNANDES

945 - Presente processo de licenciamento relativo à obra de “*Construção de um Edifício Habitacional e Muros*”, a que foi atribuído o número de processo 347/04, incidente sobre um prédio sito na Rua Guilherme Pereira Roldão, lugar de Almoinhas, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6.310, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 730, apresentado por Maria Jesus Domingues Francisco Fernandes, NIF n.º 139192891, com residência na Rua dos Outeirinhos, n.º 82, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente deliberação camarária tomada na reunião datada de 2013/04/22, pela qual foi concedido ao requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias úteis para se pronunciar sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a caducidade da licença para a realização da operação urbanística referida, em virtude de não ter sido requerida a emissão do alvará respetivo dentro do prazo previsto no n.º 1 do art.º 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

Presente parecer técnico datado de 2013/10/22, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido ao requerente, sem que este tenha apresentado quaisquer alegações subjacentes à referida intenção.

A Câmara Municipal analisou a pretensão bem como o parecer técnico que sobre ela recaiu, datado de 2013/10/22, e tendo verificado que depois de devidamente notificada em sede de audiência prévia, a requerente nada alegou em relação à referida intenção, e:

1. Considerando que a interessada tinha, nos termos do n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, um ano para solicitar a emissão do alvará para a realização da operação urbanística licenciada, ou seja, até 2010/05/16;

2. Considerando que antes de terminado o prazo referido no antecedente n.º 1, a requerente solicitou, ao abrigo do n.º 2 do art. 76.º do RJUE, a prorrogação do prazo para emissão do alvará;

3. Considerando que a interessada tomou conhecimento do deferimento do pedido referido no número anterior em 2010/05/14;

4. Considerando que o prazo de prorrogação terminou a 2011/05/16;

5. Considerando ainda que, de acordo com o previsto nos n.ºs 3 e 4 do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, a requerente beneficiou da elevação ao dobro do prazo para apresentação do requerimento de emissão do alvará;

6. Considerando que por esse motivo o prazo para emissão do título em causa terminou em 2012/05/16;

7. Considerando que esse prazo é insuscetível de prorrogação;

8. Considerando que o decurso desses prazos, sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do art. 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e da Lei n.º 28/2010, de 02/09;

9. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

Delibera tomar uma decisão final sobre o assunto, declarando, ao abrigo do n.º 2 do art. 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, a caducidade da licença referente ao processo n.º 347/04, para a realização da obra de “*Construção de um Edifício Habitacional e Muros*”, incidente sobre um prédio sito na Rua Guilherme Pereira Roldão, lugar de Almoinhas, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6.310, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 730, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por Maria Jesus Domingues Francisco Fernandes, com o NIF 139192891, residente na Rua dos Outeirinhos, n.º 82, freguesia e concelho de Marinha Grande, por terem decorridos os prazos previstos no referido regime jurídico, para que a requerente solicitasse a emissão do respetivo alvará

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

52 - REQ. N.º 649/11 – PC N.º 266/07 – GUILHERMINO SILVA OLIVEIRA

946 - Presente processo de licenciamento relativo à obra de “*Instalação de um Estabelecimento Comercial – Day Spa*”, a que foi atribuído o número de processo 266/07, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Fernando Pessoa, Lote n.º 1, n.º 17, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 12.493, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17.465, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por Guilhermino Silva Oliveira, com o NIF 169852644, com residência na Rua 32, n.º 51, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente deliberação camarária datada de 2013/05/02, pela qual foi concedido ao requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, e n.º 5 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a caducidade da licença para a realização da operação urbanística referida.

Presente parecer técnico datado de 2013/10/23, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido ao requerente, sem que tenha apresentado quaisquer alegações subjacentes à referida intenção.

A Câmara Municipal analisou a pretensão bem como o parecer técnico que sobre ela recaiu, datado de 2013/10/23, e tendo verificado que depois de devidamente notificado em sede de audiência prévia, o requerente nada alegou em relação à referida intenção, e:

1. Considerando que o interessado tinha, nos termos do n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, um ano para solicitar a emissão do alvará para realização da operação urbanística licenciada, ou seja, até 2010/02/14;

2. Considerando que antes de terminado o prazo referido no antecedente n.º 1, o requerente solicitou, ao abrigo do n.º 2 do art. 76.º do RJUE, a prorrogação do prazo para emissão do alvará;

3. Considerando que o interessado tomou conhecimento do deferimento do pedido referido no número anterior em 2010/01/22;

4. Considerando que o prazo de prorrogação terminou a 2011/02/14;

5. Considerando ainda que, de acordo com o previsto nos n.ºs 3 e 4 do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, o requerente beneficiou da elevação ao dobro do prazo para apresentação do requerimento de emissão do alvará;

6. Considerando que por esse motivo o prazo para emissão do título em causa terminou em 2012/02/13;

7. Considerando que esse prazo é insuscetível de prorrogação;

8. Considerando que o decurso desses prazos, sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do art. 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e da Lei n.º 28/2010, de 02/09;

9. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

Delibera tomar uma decisão final sobre o assunto, declarando, ao abrigo do n.º 2 do art. 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, a caducidade da licença referente ao processo n.º 266/07, para a realização da obra de “*Instalação de um Estabelecimento Comercial – Day Spa*”, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Fernando Pessoa, Lote n.º 1, n.º 17, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 12.493, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17.465, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por Guilhermino Silva Oliveira, com o NIF 169852644, com residência na Rua 32, n.º 51, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, por terem decorridos os prazos previstos no referido regime jurídico, para que o requerente solicitasse a emissão do respetivo alvará.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

53 - REQ. N.º 1159/13 – PC N.º 259/2013 – PSP – POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

947 - Presente participação apresentada por PSP – Polícia de Segurança Pública, dando conta da existência de imóveis devolutos, utilizados abusivamente por indigentes, solicitando que a autarquia providencie a notificação aos proprietários no sentido destes procederem à vedação de todos os vãos de fácil acesso.

Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 25/07/2013, pela qual foi determinada a realização da vistoria prévia ao imóvel sito na Rua de Leiria, n.º 134, freguesia de concelho de Marinha Grande, nos termos do previsto no art. 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/11, por forma a determinar-se quais as obras necessárias a corrigir eventuais más condições de segurança e salubridade apresentadas pela edificação.

Presente Auto de Vistoria datado de 27/08/2013, referente à vistoria realizada em 07/08/2013, a enquadrar o estado em que se encontra o referido imóvel.

Após análise do processo, a Câmara deliberou determinar a execução das obras constantes na proposta de intervenção patente no Auto de Vistoria datado de 27/08/2013, referente à vistoria realizada em 07/08/2013, na edificação sita em Rua de Leiria, n.º 134, lugar de Embrá, Freguesia de Marinha Grande, nos termos do disposto no n.º 3 do art. 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-lei n.º 26/2010, de 30/03, e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, face às atuais condições físicas da referida edificação, verificadas pela Comissão de Vistorias, designadamente realização dos trabalhos necessários a garantir a segurança e a integridade das pessoas e dos bens, situados na periferia do imóvel, e a impedir a intrusão de pessoas.

Mais deliberou, conceder um prazo de 20 dias úteis para a execução dos trabalhos mencionados, informando o proprietário que deverá previamente apresentar o competente projeto de licenciamento ou comunicação prévia das obras de alteração, caso se revele necessário no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

54 - REQ. N.º 1158/13 – PC N.º 258/2013 – PSP – POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

948 - Presente participação apresentada por PSP – Polícia de Segurança Pública, dando conta da existência de imóveis devolutos, utilizados abusivamente por indigentes, solicitando que a autarquia providencie a notificação aos proprietários no sentido destes procederem à vedação de todos os vãos de fácil acesso.

Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 25/07/2013, pela qual foi determinada a realização da vistoria prévia ao imóvel sito na Rua de Leiria, n.º 132,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

freguesia de concelho de Marinha Grande, nos termos do previsto no art. 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/11, por forma a determinar-se quais as obras necessárias a corrigir eventuais más condições de segurança e salubridade apresentadas pela edificação.

Presente Auto de Vistoria datado de 27/08/2013, referente à vistoria realizada em 07/08/2013, a enquadrar o estado em que se encontra o referido imóvel.

Após análise do processo, a Câmara deliberou determinar a execução das obras constantes na proposta de intervenção patente no Auto de Vistoria datado de 27/08/2013, referente à vistoria realizada em 07/08/2013, na edificação sita em Rua de leiria, n.º 132, lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande, nos termos do disposto no n.º 3 do art. 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-lei n.º 26/2010, de 30/03, e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, face às atuais condições físicas da referida edificação, verificadas pela Comissão de Vistorias, designadamente realização dos trabalhos necessários a garantir a segurança e a integridade das pessoas e dos bens, situados na periferia do imóvel, e a impedir a intrusão de pessoas.

Mais deliberou, conceder um prazo de 20 dias úteis para a execução dos trabalhos mencionados, informando o proprietário que deverá previamente apresentar o competente projeto de licenciamento ou comunicação prévia das obras de alteração, caso se revele necessário no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

55 - REQ. N.º 1732/13 – PC N.º 396/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/6822/2013)

949 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., para abertura de vala em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente na Rua 52, n.º 79, n.º 12, n.º 12A, n.º 16, n.º 18, n.º 20, n.º 23, n.º 25, n.º 25B, n.º 48 e n.º 54, lugar de Trutas, Freguesia da Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 20/09/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala, em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em Rua 52, n.º 79, n.º 12, n.º 12A, n.º 16, n.º 18, n.º 20, n.º 23, n.º 25, n.º 25B, n.º 48 e n.º 54, lugar de Trutas, Freguesia da Marinha Grande com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução das obras;
- Deverá ser promovida a reposição da sinalização vertical existente eventualmente danificada;
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos;
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

56 - REQ. N.º 1733/13— PC N.º 397/13 — LUSITANIAGÁS — COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/6826/2013)

950 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., para abertura de vala em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente em Rua de Obidos, n.º 23, n.º 52, n.º 45, n.º 51 e n.º 51 A, lugar de Trutas; Rua 42, n.º 51, n.º 37, n.º 30 e n.º 32, lugar de Trutas; Rua dos Fetos, n.º 23, n.º 22 e n.º 21, lugar de Garcia, todas da Freguesia da Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 19/09/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala, em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente em Rua de Obidos, n.º 23, n.º 52, n.º 45, n.º 51 e n.º 51 A, lugar de Trutas; Rua 42, n.º 51, n.º 37, n.º 30 e n.º 32, lugar de Trutas; Rua dos Fetos, n.º 23, n.º 22 e n.º 21, lugar de Garcia, todas da Freguesia da Marinha Grande com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução das obras;
- Deverá ser promovida a reposição da sinalização vertical existente eventualmente danificada;
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos;
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

57 - REQ. N.º 1734/13 – PC N.º 398/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/6827/2013)

951 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., para abertura de vala em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente em Rua do Baixo Alentejo, n.º 21, n.º 19, n.º 15, n.º 14, n.º 13, n.º 12 e n.º 6, lugar de Trutas; Rua dos Oleiros, n.º 4, lugar de Trutas; Rua Moinho da Amélia, n.º 31, n.º 49, n.º 47, n.º 32 e n.º 30, lugar de Trutas; Rua da Estremadura, n.º 12, n.º 12 A e n.º 14, lugar de Trutas; Rua Pedrógão Grande, n.º 12 e n.º 14, lugar de Trutas, Freguesia da Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 19/09/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala, em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural em Rua do Baixo Alentejo, n.º 21, n.º 19, n.º 15, n.º 14, n.º 13, n.º 12 e n.º 6, lugar de Trutas; Rua dos Oleiros, n.º 4, lugar de Trutas; Rua Moinho da Amélia, n.º 31, n.º 49, n.º 47, n.º 32 e n.º 30, lugar de Trutas; Rua da Estremadura, n.º 12, n.º 12 A e n.º 14, lugar de Trutas; Rua Pedrógão Grande, n.º 12 e n.º 14, lugar de Trutas, Freguesia da Marinha Grande com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução das obras;
- Deverá ser promovida a reposição da sinalização vertical existente eventualmente danificada;
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos;
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

58 - REQ. N.º 1735/13 – PC N.º 399/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/6828/2013)

952 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., para abertura de vala em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de

Gás Natural designadamente em Rua Circular, n.º 18, n.º 69, n.º 76, n.º 77 A, n.º 77 B; Rua da Estremadura, n.º 9, n.º 11; Rua do Algarve, n.º 12 e Rua de Ansião, n.º 13 e n.º 15, todas do lugar de Trutas, Freguesia da Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 19/09/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala, em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural em Rua Circular, n.º 18, n.º 69, n.º 76, n.º 77 A, n.º 77 B; Rua da Estremadura, n.º 9, n.º 11; Rua do Algarve, n.º 12 e Rua de Ansião, n.º 13 e n.º 15, todas do lugar de Trutas, Freguesia da Marinha Grande com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução das obras;
- Deverá ser promovida a reposição da sinalização vertical existente e eventualmente danificada;
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos;
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

59 - REQ. N.º 1736/13 – PC N.º 400/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/6829/2013)

953 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., para abertura de vala em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente em Rua do Alto Douro, n.º 44 B, Rua de Alvaizere, n.º 5, n.º 6, n.º 8; Rua de Ansião, n.º 1, n.º 2, n.º 3, n.º 5 e n.º 7; Rua da Beira Baixa, n.º 58; todas do lugar de Trutas, Freguesia da Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 19/09/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala, em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, designadamente em Rua do Alto Douro, n.º 44 B, Rua de Alvaizere, n.º 5, n.º 6, n.º 8; Rua de Ansião, n.º 1, n.º 2, n.º 3,

n.º 5 e n.º 7; Rua da Beira Baixa, n.º 58; todas do lugar de Trutas Freguesia da Marinha Grande com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução das obras;
- Deverá ser promovida a reposição da sinalização vertical existente e eventualmente danificada;
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos;
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

60 - REQ. N.º 1737/13 – PC N.º 401/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/6830/2013)

954 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., para abertura de vala em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente em Rua de Pedrógão Grande, n.º 13, n.º 13 A, n.º 12, n.º 10, n.º 2; Rua dos Oleiros, n.º 16, n.º 15, n.º 11; Rua Sociedade Desportiva e Cultural das Trutas, n.º 15, n.º 13, n.º 11; Rua do Pinhal às Trutas, n.º 21, n.º 17, n.º 15, n.º 14, n.º 7, n.º 2; Travessa dos Fornalistas, n.º 11 e Travessa do Pedrogão Grande, n.º 14 B, da Freguesia da Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 19/09/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala, em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural em Rua de Pedrógão Grande, n.º 13, n.º 13 A, n.º 12, n.º 10, n.º 2; Rua dos Oleiros, n.º 16, n.º 15, n.º 11; Rua Sociedade Desportiva e Cultural das Trutas, n.º 15, n.º 13, n.º 11; Rua do Pinhal às Trutas, n.º 21, n.º 17, n.º 15, n.º 14, n.º 7, n.º 2; Travessa dos Fornalistas, n.º 11 e Travessa do Pedrogão Grande, n.º 14 B, Freguesia da Marinha Grande com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução das obras;
- Deverá ser promovida a reposição da sinalização vertical eventualmente existente e danificada;
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

61 - REQ. N.º 1738/13 – PC N.º 402/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/6831/2013)

955 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., para abertura de vala em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente em Travessa do Pedrogão Grande, n.º 14 A; Travessa da Estremadura, n.º 13 e n.º 15; Rua Vale da Ribeira, n.º 7; Rua Sociedade Desportiva e Cultural das Trutas, n.º 6, n.º 2, n.º 19 e n.º 18; Rua do Algarve, n.º 34 e n.º 34 A; Rua da Beira Baixa, n.º 65, n.º 24, n.º 32, n.º 34, n.º 36, n.º 38, n.º 56, n.º 62 e n.º 64; Rua da Cabine das Trutas, n.º 78, Lugar de Trutas, Freguesia da Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 19/09/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala, em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente em Travessa do Pedrogão Grande, n.º 14 A; Travessa da Estremadura, n.º 13 e n.º 15; Rua Vale da Ribeira, n.º 7; Rua Sociedade Desportiva e Cultural das Trutas, n.º 6, n.º 2, n.º 19 e n.º 18; Rua do Algarve, n.º 34 e n.º 34 A; Rua da Beira Baixa, n.º 65, n.º 24, n.º 32, n.º 34, n.º 36, n.º 38, n.º 56, n.º 62 e n.º 64; Rua da Cabine das Trutas, n.º 78, Lugar de Trutas, Freguesia da Marinha Grande com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução das obras;
- Deverá ser promovida a reposição da sinalização vertical eventualmente existente e danificada;
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos;
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

62 - REQ. N.º 1739/13 – PC N.º 403/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/8269/2013)

956 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., para abertura de vala em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente em Rua Central, n.º 152, lugar de Garcia e Rua das Laranjeiras, n.º 26, lugar de Engenho, Freguesia da Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 24/10/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala, em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural em Rua Central, n.º 152, lugar de Garcia e Rua das Laranjeiras, n.º 26, lugar de Engenho, Freguesia da Marinha Grande com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução das obras;
- Deverá ser promovida a reposição da sinalização vertical existente e eventualmente danificada;
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos;
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

63 - REQ. N.º 1740/13 – PC N.º 404/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/7524/2013)

957 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., para abertura de vala em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente em Rua de Óbidos, n.º 43; Rua dos Oleiros, n.º 8 e Rua de Pedrógão Grande, n.º 16 e n.º 18, todas do lugar de Trutas, Freguesia da Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 10/10/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala, em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente em Rua de Óbidos, n.º 43; Rua dos Oleiros, n.º 8 e Rua de Pedrógão Grande, n.º 16 e n.º 18, todas do lugar de Trutas, Freguesia da Marinha Grande com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução das obras;
- Deverá ser promovida a reposição da sinalização vertical existente e eventualmente danificada;
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos;
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

64 - REQ. N.º 1741/13 – PC N.º 405/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/7524/2013 VL)

958 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural a levar a efeito na Rua de Leiria, n.º 29, Freguesia da Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande. Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 10/10/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito na Rua de Leiria, n.º 29, Freguesia da Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução das obras;
- Deverá ser promovida a reposição da sinalização vertical existente e eventualmente danificada;
- Os trabalhos deverão desenvolver-se apenas no passeio em calçada;
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

65 - REQ. N.º 1742/13 – PC N.º 406/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/7777/2013)

959 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., para abertura de vala em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente na Rua do Alto Douro, n.º1, lugar de Trutas e na Rua das Heras, n.º 10, lugar de Garcia, ambas da freguesia e concelho da Marinha Grande. Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 10/10/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala, em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente na Rua do Alto Douro, n.º1, lugar de Trutas e na Rua das Heras, n.º 10, lugar de Garcia, ambas da Freguesia da Marinha Grande com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução das obras;
- Deverá ser promovida a reposição da sinalização vertical existente e eventualmente danificada;
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos;
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

66 - REQ. N.º 1743/13 – PC N.º 407/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/6823/2013)

960 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., para abertura de vala em diversas ruas do Concelho,

para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente na Rua do Algarve, n.º 10, n.º 19, n.º 22, n.º 26, n.º 30 e n.º 31; e na Rua do Alto Douro, n.º 18, n.º 20, n.º 21 e n.º 22, ambas do Lugar de Trutas, Freguesia da Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 20/09/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala, em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural na Rua do Algarve, n.º 10, n.º 19, n.º 22, n.º 26, n.º 30 e n.º 31; e na Rua do Alto Douro, n.º 18, n.º 20, n.º 21 e n.º 22, ambas do Lugar de Trutas, Freguesia da Marinha Grande com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução das obras;
- Deverá ser promovida a reposição da sinalização vertical eventualmente existente e danificada;
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos;
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

67 - REQ. N.º 1744/13 – PC N.º 408/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/7987/2013)

961 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., para abertura de vala em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente na Rua 52, n.º 8 e na Rua da Manilharte, n.º 1, ambas do lugar de Trutas, Freguesia da Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 18/10/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala, em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente na Rua 52, n.º 8 e na Rua da Manilharte, n.º 1, ambas do lugar de Trutas, Freguesia da Marinha Grande com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução das obras;
- Deverá ser promovida a reposição da sinalização vertical existente e eventualmente danificada;
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos;
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

68 - REQ. N.º 1745/13 – PC N.º 409/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/6824/2013)

962 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., para abertura de vala destinada a realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural a levar a efeito na Rua 52, n.º 1, n.º 9, n.º 11, n.º 13, n.º 14, n.º 15, n.º 17, n.º 26, n.º 6 e n.º 10, lugar de Trutas, da Freguesia da Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 20/09/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala destinada a realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural a levar a efeito na Rua 52, n.º 1, n.º 9, n.º 11, n.º 13, n.º 14, n.º 15, n.º 17, n.º 26, n.º 6 e n.º 10, lugar de Trutas, da Freguesia da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução das obras;
- Deverá ser promovida a reposição da sinalização vertical existente e eventualmente danificada;
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos;
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

69 - REQ. N.º 1746/13 – PC N.º 410/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/6825/2013)

963 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., para abertura de vala em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente em Rua dos Fetos, n.º 17, lugar de Garcia; Rua da Marma, n.º 1 e n.º 1B, lugar de Trutas; Rua Circular, n.º 65 e n.º 66, lugar de Trutas; Rua das Laranjeiras n.º 10 e n.º 15, lugar de Engenho; Rua da Manilharte, n.º 14, lugar de Trutas; Rua do Jardim, n.º 31, n.º 30, n.º 29, n.º 3 e n.º 27, lugar de Trutas; Rua Douro Litoral, n.º 2 B e n.º 4, lugar de Trutas; Rua Sociedade Desportiva e Culturas das Trutas, n.º 17, lugar de Trutas; e Rua do Baixo Altentejo, n.º 23, lugar de Trutas, todas da Freguesia da Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 20/09/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala, em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente em Rua dos Fetos, n.º 17, lugar de Garcia; Rua da Marma, n.º 1 e n.º 1B, lugar de Trutas; Rua Circular, n.º 65 e n.º 66, lugar de Trutas; Rua das Laranjeiras n.º 10 e n.º 15, lugar de Engenho; Rua da Manilharte, n.º 14, lugar de Trutas; Rua do Jardim, n.º 31, n.º 30, n.º 29, n.º 3 e n.º 27, lugar de Trutas; Rua Douro Litoral, n.º 2 B e n.º 4, lugar de Trutas; Rua Sociedade Desportiva e Culturas das Trutas, n.º 17, lugar de Trutas; e Rua do Baixo Altentejo, n.º 23, lugar de Trutas, todas da Freguesia da Marinha Grande com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução das obras, bem como a reposição adequada de toda a marcação rodoviária eventualmente existente;
- Deverá ser promovida a reposição da sinalização vertical existente e eventualmente danificada;
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos;
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

70 - REQ. N.º 1747/13 – PC N.º 411/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/6993/2013)

964 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., para abertura de vala destinada a realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural a levar a efeito na Rua do Alto Alentejo, n.º 12, n.º 12 A, n.º 12 B, n.º 12 C, n.º 10, n.º 10 B e n.º 11, lugar de Trutas, freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 20/09/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala destinada a realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural a levar a efeito na Rua do Alto Alentejo, n.º 12, n.º 12 A, n.º 12 B, n.º 12 C, n.º 10, n.º 10 B e n.º 11, lugar de Trutas, freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução das obras;
- Deverá ser promovida a reposição da sinalização vertical existente e eventualmente danificada;
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos;
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

71 - REQ. N.º 1569/13 – PC N.º 359/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A. (E/7241/2013)

965 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., para abertura de vala em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente Rua do Alto Alentejo n.ºs 7; 8; 10 ; 10 A; 14; 18; 27; 9 (Trutas); Rua Alto Douro n.º 15; 29 (Trutas); Rua da Panificadora n.º 1111 e 111 – SCM (Embra); Rua dos Guilhermes n.º 1 (Amieirinha); Rua Central n.º 97 (Garcia) todos da, Freguesia da Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 30/09/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala, em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes

à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente Rua do Alto Alentejo n.ºs 7; 8; 10 ; 10 A; 14; 18; 27; 9 (Trutas); Rua Alto Douro n.º 15; 29 (Trutas); Rua da Panificadora n.º 111 e 111 – SCM (Embra); Rua dos Guilhermes n.º 1 (Amieirinha); Rua Central n.º 97 (Garcia) todos da Freguesia da Marinha Grande com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução das obras;
- Deverá ser promovida a reposição da sinalização vertical eventualmente danificada;
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos;
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

72 - REQ. N.º 1364/13 – PC N. 301/13 – VODAFONE TELECEL – COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.

966 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Vodafone Telecel – Comunicações Pessoais, S.A., para ocupação de passeio e faixa de rodagem, para passagem de cabo óptico em condutas existentes da Portugal Telecom, a levar a efeito em diversas ruas do concelho designadamente, na Estrada da Maceira (Picassinos); Rua da Paz (Garcia); Rua António Maria da Silva (Picassinos) e Travessa da Escola da Comeira (Comeira), todas da Freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 04/10/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública apresentado Vodafone Telecel – Comunicações Pessoais, S.A., para ocupação de passeio e faixa de rodagem, para passagem de cabo óptico em condutas existentes da Portugal Telecom, a levar a efeito em diversas ruas do concelho designadamente, na Estrada da Maceira (Picassinos); Rua da Paz (Garcia); Rua António Maria da Silva (Picassinos) e Travessa da Escola da Comeira (Comeira), todas da Freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos devem ser devidamente repostos nas condições em que se encontravam antes da intervenção;
- Deverão ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável;

- O início da obra deverá ser comunicado à Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento dos respetivos trabalhos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

73 - REQ. N.º 1555/13 – PC N.º 354/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, SA

967 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por ZON TV CABO PORTUGAL, SA, para execução de trabalhos respeitantes à rede de distribuição de televisão por cabo, designadamente com instalação de cabos em conduta existente na via pública, a levar a efeito na Av.ª 1ª de Maio, numa extensão de 800 metros, Freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 04/10/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública apresentado ZON TV CABO PORTUGAL, SA., para execução de trabalhos respeitantes à rede de distribuição de televisão por cabo, designadamente com instalação de cabos em conduta existente na via pública, a levar a efeito na Av.ª 1ª de Maio, numa extensão de 800 metros, Freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos devem ser devidamente repostos nas condições em que se encontravam antes da intervenção;
- Deverão ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável;
- O início da obra deverá ser comunicado à Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento dos respetivos trabalhos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

74 - REQ. N.º 1556/13 – PC N.º 355/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, SA

968 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por ZON TV CABO PORTUGAL, SA, para execução de trabalhos respeitantes à rede de distribuição de televisão por cabo, designadamente com instalação de cabos em conduta existente na via pública, a levar a efeito em diversas ruas designadamente na Av.ª Vitor Gallo, numa extensão de 35 metros, Av.ª Aníbal Guedes Coelho, numa extensão de 80 metros, Freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 04/10/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública apresentado ZON TV CABO PORTUGAL, SA., para execução de trabalhos respeitantes à rede de distribuição de televisão por cabo, designadamente com instalação de cabos em conduta existente na via pública, a levar a efeito em diversas ruas designadamente na Av.ª Vitor Gallo, numa extensão de 35 metros, Av.ª Aníbal Guedes Coelho, numa extensão de 80 metros, Freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos devem ser devidamente repostos nas condições em que se encontravam antes da intervenção;
- Deverão ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável;
- O início da obra deverá ser comunicado à Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento dos respetivos trabalhos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

75 - REQ. N.º 1431/13 – PC N.º 329/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

969 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., com abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de ramais domiciliários de gás natural, a levar a efeito na Rua David Mourão Ferreira, sendo a proposta de execução apresentada pela Rua Miguel Torga, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente deliberação de Câmara, datada de 16/09/2013, concedendo 15 dias à entidade requerente para que esta se pronunciasse, em sede de audiência prévia, quanto ao projeto de indeferimento da pretensão.

Considerando que:

- A entidade requerente foi notificada pelo nosso ofício nº 912/13, datado de 18/09/2013 e rececionado em 23/09/2013, para que se pronunciasse, em sede de audiência prévia, quanto ao projeto de indeferimento da pretensão;
- Para o efeito, foi concedido um prazo de 15 dias, ou seja, até 14/10/2013;
- Durante este prazo a entidade titular do pedido nada alegou;

A Câmara Municipal delibera indeferir de ocupação da via pública com abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito na Rua David Mourão Ferreira, sendo a proposta de

execução apresentada pela Rua Miguel Torga (antiga Rua 4), freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes fundamentos:

“A conduta de gás na Rua Miguel Torga encontra-se na faixa de rodagem e este arruamento foi muito recentemente alvo de uma intervenção profunda através da empreitada “Requalificação de diversos arruamentos na Várzea – Rua Natália Correia e troço da Rua Miguel Torga (antiga Rua 4) – CP 03/10 (DIRM). Aquando da execução desta empreitada, a Lusitaniagás foi informada da sua execução para que programasse a execução de todas as infraestruturas necessárias nesses arruamentos. Assim, e uma vez que a intervenção agora solicitada implica corte do pavimento e intervenção na faixa de rodagem na Rua Miguel Torga (..) não deve ser autorizada a solicitação apresentada.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

76 - REQ. N.º 1429/13 – PC N.º 327/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO,

970 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., com abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito na Rua do Natália Correia, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente deliberação de Câmara, datada de 16/09/2013, concedendo 15 dias à entidade requerente para que esta se pronunciasse, em sede de audiência prévia, quanto ao projeto de indeferimento da pretensão.

Considerando que:

- A entidade requerente foi notificada pelo nosso ofício nº 913/13, datado de 18/09/2013 e rececionado em 23/09/2013, para que se pronunciasse, em sede de audiência prévia, quanto ao projeto de indeferimento da pretensão;
- Para o efeito, foi concedido um prazo de 15 dias, ou seja, até 14/10/2013;
- Durante este prazo a entidade titular do pedido nada alegou;

A Câmara Municipal delibera indeferir de ocupação da via pública com abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito na Rua Natália Correia e troço da Rua Miguel Torga (antiga Rua 4), freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes fundamentos: “Uma vez que a Rua Natália Correia foi muito recentemente alvo de uma intervenção profunda, nomeadamente através da empreitada “Requalificação de diversos arruamentos na Várzea – Rua Natália Correia e troço da Rua Miguel Torga (antiga Rua 4) – CP 03/10 (DIRM)”, e dado que a Lusitaniagás não manifestou interesse na intervenção no decurso dessas obras, não deve ser autorizada a solicitação apresentada.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

77 - REQ. N.º 1404/13 – PC N.º 315/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

971 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., com abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de ramais domiciliários de gás natural, a levar a efeito na Rua das Laranjeiras e Rua das Forçadas, lugar da Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente deliberação de Câmara, datada de 16/09/2013, concedendo 15 dias à entidade requerente para que esta se pronunciasse, em sede de audiência prévia, quanto ao projeto de indeferimento da pretensão.

Considerando que:

- A entidade requerente foi notificada pelo nosso ofício nº 919/13, datado de 18/09/2013 e rececionado em 23/09/2013, para que se pronunciasse, em sede de audiência prévia, quanto ao projeto de indeferimento da pretensão;
- Para o efeito, foi concedido um prazo de 15 dias, ou seja, até 14/10/2013;
- Durante este prazo a entidade titular do pedido nada alegou;

A Câmara Municipal delibera indeferir de ocupação da via pública com abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito na Rua das Laranjeiras e Rua das Forçadas, lugar da Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes fundamentos:

“O pavimento em betuminoso apresenta-se em bom estado de conservação sem cortes ou reparações, pelo que o corte do pavimento para a execução da infraestruturas traz inconveniente.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

78 - REQ. N.º 1362/13 – PC N.º 299/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

972 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., com abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de ramais domiciliários de gás natural, a levar a efeito na Rua da Azambuja n.º 38, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente deliberação de Câmara, datada de 06/09/2013, concedendo 15 dias à entidade requerente para que esta se pronunciasse, em sede de audiência prévia, quanto ao projeto de indeferimento da pretensão.

Considerando que:

- A entidade requerente foi notificada pelo nosso ofício nº 882/13, datado de 11/09/2013 e rececionado em 12/09/2013, para que se pronunciasse, em sede de audiência prévia, quanto ao projeto de indeferimento da pretensão;
- Para o efeito, foi concedido um prazo de 15 dias, ou seja, até 03/10/2013;
- Durante este prazo a entidade titular do pedido nada alegou;

A Câmara Municipal delibera indeferir de ocupação da via pública com abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito na Rua da Azambuja, n.º 38, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes fundamentos:

“O pavimento em betão betuminoso encontra-se em boas condições de conservação, executado em empreitada recente de requalificação.(...) pelo que não se deve autorizar o corte e respetiva reparação do pavimento em betuminoso. Neste caso deve ser encontrada uma solução alternativa.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

79 - REQ. N.º 1355/13 – PC N.º 292/13 – EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.

973 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por EDP – Distribuição de Energia, S.A., com abertura de vala numa extensão de 44,00m, para execução de trabalhos referentes a execução de uma ligação, a levar a efeito na Rua da Azambuja, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente deliberação de Câmara, datada de 06/09/2013, concedendo 15 dias à entidade requerente para que esta se pronunciasse, em sede de audiência prévia, quanto ao projeto de indeferimento da pretensão.

Considerando que:

- A entidade requerente foi notificada pelo nosso ofício nº 885/13, datado de 11/09/2013 e rececionado em 18/09/2013, para que se pronunciasse, em sede de audiência prévia, quanto ao projeto de indeferimento da pretensão;
- Para o efeito, foi concedido um prazo de 15 dias, ou seja, até 09/10/2013;
- Durante este prazo a entidade titular do pedido nada alegou;

A Câmara Municipal delibera indeferir de ocupação da via pública com abertura de vala numa extensão de 44,00 m, para realização de trabalhos referente à execução de uma requisição, a levar a efeito na Rua da Azambuja, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes fundamentos:

“Não deve ser utilizado o método tradicional de abertura de vala, na medida em que o pavimento da Rua do Azambuja data de 2010. Esta posição poderá ser revista caso o ramal seja realizado recorrendo a um método construtivo alternativo.”

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

80 - REQ. N.º 1526/13 – PC N.º 349/12 – CESÁRIO FELICIO DA SILVA

O processo foi analisado e retirado da ordem do dia para apreciação na próxima reunião.

Ficou determinado que as situações de isenção de taxas deverão ser contempladas na revisão do RMEU.

81 - PROCESSO N.º 87/10 – HRV – EQUIPAMENTOS DE PROCESSO, S.A. - APRECIÇÃO DE ALEGAÇÕES APRESENTADAS EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA - DELIBERAÇÃO FINAL

974 - Presente processo de licenciamento, referente à obra de ampliação de uma unidade industrial, localizada no lote 36D da Zona Industrial da Marinha Grande, com o número de processo n.º 87/10, cuja titular é HRV – Equipamento de Processo, S.A., com o NIPC 501299947, com sede em Boavista, Leiria.

Presentes alegações apresentadas pela interessada, em sede de audiência prévia, datadas de 02-10-2013.

A Câmara Municipal analisou as alegações apresentadas e,

- Considerando que através da deliberação camarária de 10/03/2011 foi concedida licença a HRV – Equipamento de Processo, S.A., com o NIPC 501299947, com sede em Boavista, Leiria, para proceder à ampliação de uma unidade industrial do tipo 2, localizada no lote 36D da Zona Industrial da Marinha Grande;

- Considerando que pelo facto de não ter vindo solicitar o alvará de licença de construção no prazo previsto no n.º 1 do artigo 76.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, a requerente foi notificada em 18-09-2013, para se pronunciar sobre a intenção de declaração de caducidade da dita licença;

- Considerando que, notificada em sede de audiência prévia, a sociedade em causa veio alegar que o processo de licenciamento foi entregue na Câmara Municipal, na sequência da aquisição de um edifício para o qual tencionava mudar as suas instalações;

- Considerando que a ampliação do edifício destinava-se a dotá-lo de condições físicas para a instalação dos escritórios da empresa;

- Considerando que não obstante estes factos, por motivos que se prenderam essencialmente com o incremento da sua atividade produtiva – expansão para novos mercados e contratação de trabalhadores – a interessada viu-se obrigada a adquirir um outro edifício com maiores dimensões;
- Considerando que apesar do exposto, a sociedade em causa, continua interessada no licenciamento da dita ampliação, uma vez que existem interessados na aquisição do edifício;
- Considerando que cabe aos órgãos municipais a promoção do desenvolvimento económico do concelho, da proteção e fomento do emprego;
- Considerando que a difícil situação económica e financeira que o país atravessa, que impede a tomada de decisões que possam criar constrangimentos às empresas, motores essenciais do desenvolvimento local;

A Câmara Municipal, sensível aos factos expostos por HRV – Equipamentos de Processo, S.A., com o NIPC 501299947, com sede na Boavista, freguesia e concelho de Leiria, titular do processo de licenciamento n.º 87/10, referente a uma obra de ampliação de uma unidade industrial, sita na Zona Industrial da Marinha Grande, Casal da Lebre, delibera considerá-los como impeditivos da caducidade da licença concedida em reunião camarária de 10-03-2011, devendo o procedimento seguir os seus trâmites legais.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

82 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS SOFRIDOS EM ACIDENTE DE VIAÇÃO – REQUERENTE: LILIANA CALVETE – BURACO NO PAVIMENTO DA ESTRADA DA GARCIA – RESPONSABILIDADE CIVIL – APRECIACÃO E DEFERIMENTO.

975 - Presente requerimento apresentado via e-mail em 09-05-2013 nesta Câmara Municipal, por Liliana Calvete, titular do NIF 22114041, residente na Rua da Eira, n.º 5, Escoura, freguesia e concelho de Marinha Grande, solicitando o ressarcimento do valor dos prejuízos sofridos num pneu da viatura automóvel que conduzia, propriedade do seu pai, Júlio Fernandes Calvete, titular do NIF 121103323, residente no mesmo local, no valor de 64,99€, com IVA incluído, causados por um buraco no pavimento (passadeira) da Estrada da Garcia, sem qualquer sinalização, danos que imputa aos serviços municipais.

Presente Informação n.º 1/2004/2013-FO, de 06-09-2013, na qual se apreciam os factos invocados pela requerente e as provas produzidas, e se conclui pela verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública, devendo o município da Marinha Grande indemnizar a lesada/requerente, na pessoa de seu pai, Júlio Fernandes Calvete, proprietário

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

do veículo, pelos danos que provavelmente não teria sofrido se não fosse a lesão causada pelo evento.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º 1/2004/2013 – FO, que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera deferir o pedido de indemnização no valor de 64,99€ (sessenta e quatro euros e noventa e nove cêntimos), com IVA incluído, apresentado por Liliana Calvete, em virtude de se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual dando-se, assim, por verificada a reconstituição da situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obrigou à reparação.

Mais deliberou informar a lesada, Liliana Calvete, que deve o seu pai, Júlio Fernandes Calvete, comparecer pessoalmente na Tesouraria da Câmara Municipal aquando do recebimento do montante desta indemnização, munido do original do documento comprovativo do pagamento das despesas suportadas com a reparação, por forma a poder assinar o respectivo recibo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

83 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS SOFRIDOS VIATURA AUTOMÓVEL ESTACIONADA – REQUERENTE: REGINA MARIA DOS RIOS FERNANDES FRADE – QUEDA DE CARTAZ PROMOCIONAL DO EVENTO CRIATIV(A)RTE SOBRE A VIATURA – RESPONSABILIDADE CIVIL – APRECIACÃO E DEFERIMENTO.

976 - Presente requerimento recebido via e-mail na Câmara Municipal no dia 20-09-2013, com o n.º de registo E/7414/2013, da lesada Regina Maria dos Rios Fernandes Frade, trabalhadora desta Câmara Municipal e com domicílio profissional nas instalações desta, no qual solicitou o ressarcimento dos danos causados na sua viatura estacionada no Parque da Cerca, no passado dia 14 de Setembro, por um cartaz alusivo ao evento Criativ(a)rte, que caíu sobre a mesma, danos esses orçamentados em 147,60€, que imputa aos serviços municipais.

Presente Informação n.º 1/2123/2013-FO, de 08-10-2013, na qual se apreciam os factos invocados pela requerente e as provas produzidas, e se conclui pela verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública, devendo o município da Marinha Grande indemnizar a lesada/requerente, pelos danos que provavelmente não teria sofrido se não fosse a lesão causada pelo evento.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º 1/2123/2013 – FO, que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera deferir o pedido de indemnização no valor de 147,60€ (cento e

quarenta e sete euros e sessenta cêntimos), com IVA incluído, apresentado por Regina Maria dos Rios Fernandes Frade, em virtude de se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual dando-se, assim, por verificada a reconstituição da situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obrigou à reparação.

Mais deliberou informar a lesada, Regina Maria dos Rios Fernandes Frade, que deve comparecer pessoalmente na Tesouraria da Câmara Municipal aquando do recebimento do montante desta indemnização, munida do original do documento comprovativo do pagamento das despesas suportadas com a reparação, por forma a poder assinar o respectivo recibo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

84 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VEÍCULO AUTOMÓVEL DE PASSAGEIROS - REQUERENTE: MARCO AURÉLIO CARREIRA DA SILVA – AUDIÊNCIA PRÉVIA DA PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – DECISÃO FINAL

977 - Presente requerimento n.º E/4203/2013, de 05.06.2013, apresentado por Marco Aurélio Carreira da Silva, no qual junta orçamento de reparação do veículo Renault Laguna, com a matrícula 68-26-TP e requer indemnização no valor de 160 € correspondente ao valor da reparação dos danos causados no veículo, em 26 de maio de 2013, quando este, ao encostar à berma de uma via de circulação rodoviária, cujo limite máximo de velocidade de circulação é de 50 km/h e cuja gestão compete à Câmara Municipal – Rua Hélder Luciano Roldão - passou por cima de uma alegada grelha sumidouro “demasiado rebaixada” existente no limite exterior da faixa de rodagem;

Presente Informação jurídica n.º 1892/2013, de 07.08.2013, a qual conclui que não se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande;

Em reunião realizada em 06.09.2013, a Câmara Municipal deliberou determinar a realização de audiência prévia do requerente, tendo este sido notificado em 12.09.2013 do ofício n.º 3273/2013, de 10.09.2013, através do qual foi notificado do teor do projecto de decisão de indeferimento e dos respectivos fundamentos de facto e de direito.

O prazo concedido para o exercício do direito de audiência prévia terminou em 26.09.2013, não tendo sido apresentadas quaisquer alegações.

Nestes termos, mantendo-se inalterados os fundamentos de facto e de direito constantes da informação jurídica n.º 1892/2013, de 07.08.2013, que aqui se dá por integralmente

reproduzida, a Câmara Municipal, concordando com estes, delibera indeferir o pedido de indemnização apresentado por Marco Aurélio Carreira da Silva por não se encontrarem reunidos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas, de acordo com o disposto no artigo 7º do regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

85 - CEDÊNCIA, EM REGIME DE COMODATO, DE GABINETES NO CENTRO EMPRESARIAL DA MARINHA GRANDE AO INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA.

978 - Em 13 de abril de 2009, foi celebrado um contrato de comodato, com o Instituto Politécnico de Leiria, que tem por objeto a cedência de gabinetes no Centro Empresarial da Marinha Grande, que totalizam a área de 467,08 m2.

Em 1 de março de 2012, foi celebrada uma adenda ao contrato inicial já identificado, através da qual foram cedidos outros espaços no Centro Empresarial, com uma área total de 375,50 m2.

Em ambos os casos, as cedências destinaram-se à instalação e funcionamento do Centro para o Desenvolvimento Rápido e Sustentado do Produto (CDRsp), de uma unidade de investigação no domínio das ciências sociais e humanas e à realização de cursos de mestrado e de doutoramento.

O Centro para o Desenvolvimento Rápido e Sustentado do Produto foi objeto de avaliação por um painel de peritos internacionais, promovida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia tendo obtido a classificação máxima de Excelente.

O CDRsp tem efetuado um trabalho muito relevante, designadamente ao nível da dinamização do tecido empresarial da região.

A instalação e funcionamento do CDRsp no concelho da Marinha Grande contribui de forma decisiva para o aumento da notoriedade da Marinha Grande, enquanto território de excelência e inovação.

O CDRsp está atualmente envolvido em projetos de investigação em áreas como os moldes, aplicações médicas e biomédicas, automóvel e desenvolvimento de produtos.

A gama cada vez mais vasta de projetos de investigação conduziu a uma necessidade de espaço físico que permita acolher todos os investigadores e equipamentos utilizados para o efeito.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Nesta medida, importa formalizar a cedência de um conjunto de espaços existentes no Centro Empresarial, aos quais se aplicam as condições constantes do contrato de comodato, celebrado em 13 de abril de 2009, e o regulamento municipal, aprovado por deliberação camarária, de 13 de janeiro de 2011.

Tendo em conta a realização de alguns acertos de espaços, importa igualmente fixar globalmente todos os gabinetes cedidos ao Instituto Politécnico de Leiria.

Presente requerimento apresentado pelo Instituto Politécnico de Leiria, através do qual é solicitada a cedência dos gabinetes 32 a 45, 47, 48, 50, 54 a 56, 61 a 65 do piso 0, assim como a desistência do gabinete 60 do piso 0.

Assim, a Câmara Municipal delibera, ao abrigo do artigo 33.º, n.º 1, alínea ee), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a minuta da adenda ao contrato de comodato, celebrado com o Instituto Politécnico de Leiria, que tem por objeto a cedência de vários espaços, no Centro Empresarial da Marinha Grande com a área de 768,95 m², perfazendo um total final de 1786,31 m².

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

86 - CEDÊNCIA, EM REGIME DE COMODATO, DE GABINETES NO CENTRO EMPRESARIAL DA MARINHA GRANDE AO SINDEQ.

Presente a seguinte proposta:

“Em 13 de janeiro de 2011, foram cedidos ao SINDEQ – Sindicato Democrático da Energia, Química, Têxtil e Indústrias Diversas seis gabinetes no Centro Empresarial da Marinha Grande, com uma área total de 187,78 m².

Na sequência das necessidades manifestadas pelo Centro para o Desenvolvimento Rápido e Sustentado do Produto e da adequada organização do espaço, o SINDEQ, em função das atividades programadas, constatou apenas carecer de quatro gabinetes, com uma área total de 101,26 m².

Tendo em conta que se mantém os propósitos subjacentes à citada deliberação camarária, de 13 de janeiro de 2011, designadamente o desenvolvimento de formação dos trabalhadores dos sectores de atividade em que intervém.

Presente requerimento apresentado pelo SINDEQ – Sindicato Democrático da Energia, Química, Têxtil e Indústrias Diversas, através do qual é solicitada a cedência do gabinete 60, assim como a desistência dos gabinetes 54 a 56, todos do piso 0.

Assim, a Câmara Municipal delibera, ao abrigo do artigo 33.º, n.º 1, alínea ee), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 5.º, n.º 1, do Regulamento de Utilização do Centro Empresarial da Marinha Grande, autorizar a utilização, em regime duradouro, do gabinete 60 do piso 0 e a desistência dos gabinetes 54 a 56 do piso 0, no Centro Empresarial da Marinha Grande, pelo SINDEQ – Sindicato Democrático da Energia, Química, Têxtil e Indústrias Diversas.

Mais delibera que, por efeito da presente deliberação, os gabinetes cedidos ao SINDEQ – Sindicato Democrático da Energia, Química, Têxtil e Indústrias Diversas correspondem aos n.ºs 57 a 60, do piso 0, que perfazem uma área total de 101,26 m2.

A Câmara Municipal delibera, ainda, fixar as despesas de funcionamento geral a suportar pelo SINDEQ – Sindicato Democrático da Energia, Química, Têxtil e Indústrias Diversas em 50 % do resultado da permutação da área cedida.”.

Analisado o assunto, foi decidido retirar o assunto e agendá-lo para a próxima reunião, por se verificar que o contrato de comodato e a anterior deliberação não constam do processo nem foram distribuídos com a ordem do dia.

Sobre este assunto, o Sr. Vereador Carlos Logrado referiu que não concorda com a cedência de espaços a entidades que não sejam de solidariedade social, e que os contratos de cedência deveriam ser melhorados, uma vez que os custos de manutenção e utilização das partes comuns estão quase exclusivamente imputados à Câmara Municipal.

87 - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE SETEMBRO DE 2013, NO ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 75.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2013

Assunto discutido e votado no início da reunião, a seguir ao ponto 1.

88 - RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO N.º 785 E ANEXO, TOMADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 6 DE SETEMBRO DE 2013, COM O TÍTULO “PROPOSTA DE PROTOCOLO CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES. ASSOCIAÇÃO DE OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES DO SPORT OPERARIO MARINHENSE”.

979 - Em reunião de 6 de setembro de 2013, nos termos conjugados do disposto nas alíneas a) e b), do n.º 4 e a alínea a) do n.º 7, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara Municipal deliberou aprovar a celebração do contrato de comodato de instalações do edifício registado com o n.º 19649-P, designado “antigo edifício da IVIMA”, situado na Avenida 1.º de Maio, na

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Marinha Grande, com a Associação de Ocupação de Tempos Livres do Sport Operário Marinhense.

Considerando que na deliberação de câmara de 6 de setembro de 2013, foi detetado um lapso na redação da cláusula 2ª do anexo e na identificação da entidade com a qual a Câmara Municipal celebrou o contrato, que aqui se retifica;

A Câmara Municipal ao detetar esse lapso delibera, ao abrigo do artigo 148.º do CPA retificar os elementos incorretos da deliberação n.º 785 e respetivo anexo, tomada em reunião de 6 de setembro de 2013, com efeitos retroativos àquela data.

Assim,

onde se lê “Associação de Ocupação de Tempos Livres do Sport Operário Marinhense”, *deve ler-se* “Associação de Ocupação de Tempos Livres do SOM”.

E onde se lê “com sede em Avenida da Liberdade nº 155, Bloco A, 1ª Esq., Marinha Grande”, *deve ler-se* “com sede em Rua do Matadouro, Marinha Grande”.

Na cláusula 2ª do anexo, onde se lê: “As instalações ora entregues destinam-se a ser utilizadas pela segunda outorgante no desenvolvimento e dinamização do Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), nomeadamente, ações de atendimento a famílias da comunidade, apoio pedagógico a crianças e jovens das famílias do CAFAP, ações de intervenção educativa e de fortalecimento familiar bem como na dinamização da rede de voluntariado e de recursos.”

deve ler-se: “As instalações ora entregues destinam-se a ser utilizadas pela segunda outorgante no desenvolvimento, designadamente da dinamização do Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), nomeadamente, ações de atendimento a famílias da comunidade, apoio pedagógico a crianças e jovens das famílias da comunidade, ações de intervenção educativa e de fortalecimento familiar bem como na dinamização da rede de voluntariado e de recursos.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

89 - RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO N.º 786, E ANEXO, TOMADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 6 DE SETEMBRO DE 2013, COM O TÍTULO “PROPOSTA DE PROTOCOLO CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES. FEDERAÇÃO CONCELHIA DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS”.

980 - Em reunião de 6 de setembro de 2013, nos termos conjugados do disposto nas alíneas a) e b), do n.º 4 e a alínea a) do n.º 7, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara Municipal deliberou aprovar a celebração do contrato de comodato de instalações do edifício registado com o

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

n.º 19649-P, designado “antigo edifício da IVIMA”, situado na Avenida 1.º de Maio, na Marinha Grande, com a Federação Concelhia das Associações de Pais.

Considerando que na deliberação de câmara de 6 de setembro de 2013, foi detetado um lapso na identificação da entidade com a qual a Câmara Municipal celebrou o contrato, que aqui se retifica;

A Câmara Municipal ao detetar esse lapso, delibera ao abrigo do artigo 148.º do CPA retificar os elementos incorretos da deliberação n.º 786 e respetivo anexo, tomada em reunião de 6 de setembro de 2013, com efeitos retroativos àquela data.

Assim,

onde se lê “Federação Concelhia das Associações de Pais”, deve ler-se “Federação Regional de Associações de Pais e Encarregados de Educação de Leiria”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

90 - RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO N.º 787 E ANEXO, TOMADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 6 DE SETEMBRO DE 2013, COM O TÍTULO “PROPOSTA DE PROTOCOLO CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES. LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO”.

981 - Em reunião de 6 de setembro de 2013, nos termos conjugados do disposto nas alíneas a) e b), do n.º 4 e a alínea a) do n.º 7, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara Municipal deliberou aprovar a celebração do contrato de comodato de instalações do edifício registado com o n.º 19649-P, designado “antigo edifício da IVIMA”, situado na Avenida 1.º de Maio, na Marinha Grande, com a Liga Portuguesa Contra o Cancro.

Considerando que na deliberação de câmara de 6 de setembro de 2013, foi detetado um lapso na identificação da entidade com a qual a Câmara Municipal celebrou o contrato, que aqui se retifica;

A Câmara Municipal ao detetar esse lapso delibera, ao abrigo do artigo 148.º do CPA retificar os elementos incorretos da deliberação n.º 787 e respetivo anexo, tomada em reunião de 6 de setembro de 2013, com efeitos retroativos àquela data.

Assim,

onde se lê “Liga Portuguesa Contra o Cancro”, deve ler-se “Núcleo Regional do Centro da Liga Portuguesa Contra o Cancro (LPCC)”.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

E onde se lê “com sede em Avenida Columbano Bordalo Pinheiro nº 57 – 3º F, Lisboa”, deve ler-se “com sede na Rua António José de Almeida nº329, 2º Sala 56, Coimbra”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

91 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia trinta de outubro de dois mil e treze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **4.189.991,74 €** (quatro milhões, cento e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e um euros e setenta e quatro centimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

982 - De acordo com o previsto no artigo 50.º, n.º 2, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

- 1. REQ. N.1545/13 – PC N.º 124/13 ANA CATARINA BARROCA BATISTA**
- 2. PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - REQ. N.1545/13 – PC N.º 124/13 ANA CATARINA BARROCA BATISTA

983 - Presente pedido, apresentado por Ana Catarina Barroca Batista, com o NIF 221723773 e por Susana Margarida Barroca Batista, com o NIF 214835138, residentes na Rua da Juventude, n.º 72, lugar de Picassin, freguesia de Marinha Grande e na Rua Mestre da Silva Roque, n.º 7, lugar de Picassin, freguesia de Marinha Grande, respetivamente, para o licenciamento de obra de construção de moradia, anexo e muro de vedação (componente arquitetura) a erigir no prédio, sito na Rua Vila Marinha, no lugar de Picassin, freguesia e concelho da Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15033, com 419 m2 inscritos na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8036 e 3.085,45 m2 inscritos na matriz predial rústica sob o n.º 2083.

Presente parecer técnico, datado de 03/09/2013 e 29/10/2013, que atestam estar o projeto, componente arquitetura, em condições de merecer aprovação.

Após análise do pedido, considerando os pareceres técnicos que recaíram sobre o mesmo, a Câmara Municipal delibera:

Deferir o pedido, apresentado por Ana Catarina Barroca Batista, com o NIF 221723773 e por Susana Margarida Barroca Batista, com o NIF 214835138, residentes na Rua da Juventude, n.º 72, lugar de Picassinós, freguesia de Marinha Grande e na Rua Mestre da Silva Roque, n.º 7, lugar de Picassinós, freguesia de Marinha Grande, respetivamente, para o licenciamento de obra de construção de moradia, anexo e muro de vedação (componente arquitetura), a erigir no prédio, sito na Rua Vila Marinha, no lugar de Picassinós, freguesia e concelho da Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15033, com 419 m2 inscritos na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8036 e 3.085,45 m2 inscritos na matriz predial rústica sob o n.º 2083, com os seguintes condicionalismos:

1- A instalação do recetáculo postal domiciliário deverá ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98;

2- Aquando do início da construção, após abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, e promover o respetivo registo no livro de obra.

3- A concessão da autorização de utilização fica condiciona à prévia apresentação da certidão da Conservatória do Registo Predial atualizada com registo do destaque.

Informar a requerente que, nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 20.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, deverá promover a entrega dos projetos de especialidades e outros estudos eventualmente necessários à execução da obra no prazo de seis meses.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS

984 - Através dos requerimentos com registos de entrada n.ºs 8612/2013 e 8613/2013, ambos de 25 de setembro de 2013, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, requereu a emissão licença especial de ruído e autorização de instalação de recinto itinerante para espetáculo circense, a realizar nos dias 1, 2 e 3 de novembro de 2013;

Em 25 de setembro de 2013, com registos de entrada n.º 7511/2013 e 7517/2013, a mesma Associação Humanitária de Bombeiros veio requerer um pedido de autorização para utilização das vias públicas para realização do Passeio TT de jipes, a decorrer no próximo dia 16 de novembro de 2013 e a emissão de licença especial de ruído para o jantar de encerramento;

Foi ainda requerido pela associação Sport Império Marinhense, através dos requerimentos com registos de entrada n.º 8623 e 8625, ambos de 30 de outubro de 2013, a emissão de licença especial de ruído para a realização de Feira Stock Off nos próximos dias 15, 16 e 17 de novembro de 2013 e para a realização de Baile de S.Martinho, no próximo dia 9 de novembro de 2013;

Cumulativamente a cada um destes pedidos, foram apresentados requerimentos para a isenção do pagamento das respetivas taxas municipais (registos de entrada 7514/2013, 8614/2013, 8624/2013 e 8626/2013, respetivamente para cada um dos pedidos de licenciamento identificados);

Demonstrado o carácter temporário e excepcional da atividade ruidosa e considerando os motivos invocados e as justificações apresentadas, bem como o cumprimento de todos os requisitos exigidos no Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na sua redação atual, verificando-se que estavam reunidas as condições para os pedidos serem deferidos, o Exmo. Sr. Presidente, no uso da competência delegada pela Câmara Municipal em reunião de 25 de outubro de 2013, proferiu despacho de deferimento à emissão das licenças especiais de ruído.

Relativamente ao pedido de instalação de recinto itinerante para espetáculo circense, verificado o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, que aprova o regime de licenciamento dos recintos itinerantes, bem como as normas técnicas e de segurança aplicáveis à instalação e funcionamento dos equipamentos de diversão instalados nesses recintos, o Exmo. Sr. Presidente, no uso da competência delegada pela Câmara Municipal em reunião de 25 de outubro de 2013, deferiu o pedido.

Quanto ao pedido de autorização para utilização das vias públicas para realização do Passeio TT de jipes, constata-se que estão reunidos os requisitos estabelecidos pelo Decreto-Regulamentar nº 2-A/2005, de 24 de Março.

Nos termos dos artigos 55.º, 61.º e 8.º da Tabela de Taxas Municipais, a emissão das licenças requeridas consubstanciam o pagamento das taxas a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído – 55,29€/por dia;
- Licença para recinto itinerante – 108,35€ relativa à apreciação do pedido e 5,00€ por m2;
- Licença para a utilização das vias públicas para realização de provas desportivas – 55,29€ por licença.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Por seu turno, o artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, estatui que a Câmara Municipal pode isentar as associações de bombeiros e as associações culturais, desportivas ou recreativas legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande e o Sport Império Marinhense do pagamento das taxas relativas à emissão da licença especial de ruído, da licença para a instalação de recinto itinerante e da licença pela utilização das vias públicas para realização de provas desportivas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA N.º 22, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE OUTUBRO DE 2013

Presente a ata n.º 22, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 25 de outubro de 2013, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

Tendo em conta que nesta altura a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador António Santos já não se encontravam presentes, ficou decidido que a aprovação da redação final da ata n.º 22 será efetuada na próxima reunião ordinária da Câmara Municipal.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

985 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 18:40 horas.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião